

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

GABRIELLY JACQUES CORREIA

**A POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA A AMÉRICA LATINA
NO SÉCULO XXI**

SANTANA DO LIVRAMENTO

2018

C32751p Correia, Gabrielly Jacques

A política externa chinesa para a América Latina no século XXI / Gabrielly Jacques Correia.

98 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)--
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS,
2018.

"Orientação: Anna Carletti".

1. Relações sino-latino-americanas. 2. China no Século XXI. 3. Cooperação Sul-Sul. 4. Multilateralismo chinês. 5. América Latina. I. Título.

GABRIELLY JACQUES CORREIA

A POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA A AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para obtenção
do título de Bacharel em Relações
Internacionais pela Universidade Federal
do Pampa - UNIPAMPA.

Orientadora: Prof. Dr^a. Anna Carletti

**Santana do Livramento
2018**

GABRIELLY JACQUES CORREIA

A POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA A AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção do título de Bacharel
em Relações Internacionais pela Universidade
Federal do Pampa – UNIPAMPA

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Anna Carletti (Orientadora)
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof. Dra. Nathaly Schutz (Membro da Banca)
Relações Internacionais – UNIPAMPA

Prof. Dr. Rafael Balardim (Membro da Banca)
Relações Internacionais - UNIPAMPA

Dedico esse trabalho a todos aqueles que eu amo e que compartilham comigo essa linda jornada chamada vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Cleni e Vilson, por embarcarem nesse sonho comigo e apostarem em mim, com todo amor e carinho que eles sempre dedicaram. Sem o apoio da minha família jamais teria chegado tão longe e este trabalho é inteiramente dedicado àqueles que estenderam a mão e me ajudaram a caminhar nesses longos anos fora de casa, em que encarei diversas dificuldades.

A minha irmã, Camila, que sempre esteve disposta a me escutar e aconselhar, ajudando a perceber os obstáculos do caminho e mais importante, como enfrenta-los. Agradeço pela paciência das minhas queridas amigas que incansavelmente me acolheram nos momentos difíceis, sempre dispostas a motivar e apoiar. Às minhas colegas Gabriela, Paola e Perla muito obrigada por dividirem comigo os quatros anos mais intensos e cheios de emoção da minha vida, tornando toda a experiência muito melhor.

Agradeço ao Marcos e toda sua família pelo apoio, carinho e compreensão. Obrigada por ajudarem a minha caminhada em Santana do Livramento e por me acolherem tão bem.

Por fim, agradeço imensamente a minha orientadora Anna Carletti, por guiar o trabalho com dedicação e carinho e por ter proporcionado o melhor aprendizado possível.

RESUMO

A China assumiu um papel de destaque no início do século XXI, tornando-se um importante membro do sistema internacional, com poder de influência sobre vários países, inclusive aqueles situados na América Latina. A crescente interação política-diplomática entre a China e a região da América Latina trouxe um novo aspecto para o reordenamento das relações internacionais, pois a aproximação permitiu aos Estados latino-americanos desvencilharem-se das tradicionais potências ocidentais e assim, construir uma relação mais justa e harmoniosa com um grande Estado. Dessa forma, a presente pesquisa procura entender a aproximação do Estado chinês com a região em geral, através da Cooperação Sul-Sul e do multilateralismo chinês, analisando os frutos dessa interação.

Palavras Chave: Relações Sino-latino-americanas; China no Século XXI; Cooperação Sul-Sul; Multilateralismo chinês; América Latina.

ABSTRACT

China has taken a leading role in the early 21st century, becoming an important member of the international system, with influence over several countries, including those in Latin America. The growing political-diplomatic interaction between China and the region of Latin America brought a new aspect to the reordering of international relations, as the approach allowed the Latin American states to break away from the traditional Western powers and thus to build a more just and harmonious relationship with a great state. In this way, the present research tries to understand the Chinese State's approach to the region in general, through South-South Cooperation and Chinese multilateralism, analyzing the fruits of this interaction.

Keywords: Sino-Latin American relations; China in the 21st Century; South-South Cooperation; Chinese Multilateralism; Latin America.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação Comercial China- Brasil entre 1985 e 1991	53
---	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ASEAN –	Associação de Nações do Sudeste Asiático
BRIC –	Brasil, Rússia, Índia e China
BRICS –	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CELAC –	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CSS –	Cooperação Sul-Sul
CSNU –	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA –	Estados Unidos da América
FMI –	Fundo Monetário Internacional
FOCAC –	Fórum de Cooperação China-África
G-20 –	Grupo dos Vinte
IBAS –	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África Do Sul
NBD –	Banco de Desenvolvimento
OEA –	Organização de Estados Americanos
OMC –	Organização Mundial do Comércio
ONU –	Organização das Nações Unidas
PCCh –	Partido Comunista Chinês
PEI –	Política Externa Independente
RPC –	República Popular da China

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	12
2- A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A POLÍTICA EXTERNA PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO.....	17
2.1 - Mao Zedong, a ruptura com a China antiga e a nova inserção internacional	19
2.2- Deng Xiaoping e a reabertura da China.....	23
2.3- O POSICIONAMENTO CHINÊS PARA AS REGIÕES DA ÁSIA E ÁFRICA.....	27
2.3.1 - China e Ásia	27
2.3.2 - China e África.....	31
2.4 - Coexistência e desenvolvimento pacífico: <i>soft power</i> chinês	36
3- A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO RELACIONAMENTO SINO-LATINO-AMERICANO NAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XX	42
3.1 Os impactos da política de abertura chinesa para a América Latina	42
3.2- A presença chinesa na América Latina: o estreitamento da parceria estratégica sino-brasileira (1992-2002).....	50
3.3 - A Cooperação Sul-Sul como mecanismo de aproximação aos países emergentes	59
4- A NOVA POSTURA CHINESA NO SÉCULO XXI PARA A AMÉRICA LATINA	64
4.1 - O BRICS	65
4.2 Multilateralismo chinês e o Fórum China-CELAC	72
4.3 – Xi Jinping e a atualidade da relação sino-latino-americana	77
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
6- REFERÊNCIAS	86

1- INTRODUÇÃO

O sistema internacional enfrenta mudanças constantes, com atores ganhando e perdendo relevância conforme o modelo de atuação e projeção internacional que postulam. Nesse cenário, a China tem despontado na última década como grande ator do sistema, ocupando o vazio deixado pelos Estados Unidos da América e criando laços com a maioria dos países. Essa postura chinesa encontra-se refletida principalmente nos financiamentos de projetos de infraestrutura na América Latina, além do intercâmbio cultural, das visitas presidenciais e da construção do fórum CHINA-CELAC, que trata de forma multilateral os interesses mútuos de ambos participantes.

A política externa chinesa permite ao país aproximar-se de Estados menos desenvolvidos e com necessidade de captação de recursos, sendo esse um papel importante que o dragão asiático tem desenvolvido nos últimos anos. Mesmo sem garantia de retorno dos recursos políticos e econômicos empregados, o governo chinês acredita que o desenvolvimento em conjunto é mais sustentável para o sistema internacional, o que acabou atraindo a região da América Latina para uma relação mais enfática. Este processo de ajuda está baseado também nos Livros Brancos que o governo chinês formulou para América Latina, lançados em 2008 e 2016 respectivamente e que estabelecem as diretrizes do relacionamento chinês para com a região. Logo, é importante estudarmos o lugar que a China ocupa na mesma, sua relevância e interesses.

No processo de abertura da China para o sistema internacional, o multilateralismo ocupou um lugar importante, visto os diversos fóruns que o governo chinês estabeleceu com países e regiões, afim de aumentar seu reconhecimento mundial. A utilização do multilateralismo ocorre pela percepção que os países emergentes possuem em relação ao pouco espaço dado a eles para diálogo em fóruns e organismos tradicionais. Como um grande líder que a China se propõe a ser para as regiões em desenvolvimento, o multilateralismo parece ser a chave para a união de forças frente as grandes potências ocidentais. Para isso, a utilização do *soft power* foi importante, principalmente em relação aos países do sul do mundo.

Através de mecanismos mencionados anteriormente, como multilateralismo e *soft power*, a China aproximou-se dos países da América Latina a partir da década de 1980, enquanto a maioria dos países da região encontravam-se em regime de ditadura. Mesmo assim, o benefício que a China proporcionava em termos econômicos foi o suficiente para quebrar a barreira ideológica que por muitos anos separou grande parte da região, com exceção de Cuba. Enquanto a década de 1980 proporcionou bons resultados na interação política e econômica entre China e América Latina, os anos de 1990 representaram certa inflexão nesse intercâmbio, tanto no aspecto comercial quanto no aspecto político, devido as medidas neoliberais adotadas pelos países da América Latina que estavam desestruturados após a chamada década perdida e assim adotaram medidas propostas pelo governo norte-americano para melhorar a economia.

A partir do século XXI a relação sino-latino-americana floresceu, demonstrando a relevância que a América Latina possui para esse parceiro fundamental da região. Pela série de visitas diplomáticas, pela intensificação ocorrida no intercâmbio entre alunos, pela criação de fóruns que ligam a região com o Estado, como o fórum China-CELAC, percebe-se que a China emprega atenção à região e atribui importância ao relacionamento. Ademais, com a criação do BRICS, a China aproximou-se do Brasil, e desde a virada para o século XXI vem aprofundando sua relação com o país. A prerrogativa de haver um sistema mais justo e com possibilidade de inserção dos países em desenvolvimento é o que une Brasil e China no BRICS, que vai muito além de ser um grupo de cunho econômico e trabalha junto aos demais países sobre problemas sociais e políticos dos Estados.

O que justifica a pesquisa desse trabalho é o estudo da interação entre a China e América Latina num contexto de cunho político e diplomático, e não econômico, que tradicionalmente é estudado no campo das ciências sociais. Outro fato que incentiva esta pesquisa é o de haver pouca produção acadêmica abordando especificamente o relacionamento China-América Latina e suas consequências na política externa do Estado chinês. O Fórum China-CELAC é pouquíssimo pesquisado cientificamente pela comunidade acadêmica, reforçando assim seu estudo, haja visto a grande capacidade que o mesmo demonstra em atrelar a política externa chinesa à região e assim, angariar benefícios aos países latinos.

A proeminência da China no sistema internacional na última década do século XX e o bom desempenho econômico de alguns países da América Latina devido ao incremento de trocas comerciais com o país, elevou o nível da relação para além da questão econômica. Sendo assim, esse fato impulsionou que a pesquisa tratasse de assuntos como a Cooperação Sul-Sul e o multilateralismo para compreender a aproximação chinesa para com a região. Dessa maneira, o objetivo do trabalho é analisar através de uma perspectiva política a interação entre esse grande país e a América Latina.

O recorte temporal estabelecido para este trabalho vai desde a criação da República Popular da China em 1949 até a atualidade com o governo de Xi Jinping, líder da nação chinesa comparado aos grandes Mao Zedong e Deng Xiaoping. A partir do entendimento de que a virada para os anos 2000 adensou em quase todos os aspectos a relação sino-latino-americana, o trabalho busca responder, dentro de suas limitações teóricas e temporal, o seguinte questionamento: ao verificar a potência política e econômica que a China se tornou nos últimos anos, com grande relevância no sistema internacional e poder de barganha, quais os efeitos da política externa chinesa para América Latina a partir dos anos 2000?

A China tem aproveitado sua abertura econômica para procurar novos mercados, levando seus recursos e produtos até diversos países do globo, o que significa uma inserção política e econômica através de uma política externa ativa. A partir desse cenário, a hipótese do trabalho é que para a América Latina a política externa chinesa representa benefício à região, visto que o alto grau de relação política estabelecido pelo governo chinês permitiu aos governos latino-americanos projeção no sistema internacional, baseado na cooperação e não ingerência. Assim, presume-se que a relação estabelecida da China para com a América Latina impacta de forma positiva a região.

Para responder a problemática proposta, temos como objetivo geral analisar a política da República Popular da China para a América Latina, visto que, a relação entre o país e a região se fortaleceu a partir do século XXI, tornando o Estado chinês um parceiro importante dos países da região. Para tanto, será feita uma retomada histórica da construção da civilização chinesa, analisando mudanças que o líder da Revolução causou interna e externamente ao país; compreender a política externa chinesa para os países periféricos da África e Ásia; traçar um panorama histórico da

relação chinesa para com a América Latina e analisar as consequências desta relação para a América Latina.

A metodologia utilizada no trabalho será a histórica-descritiva. Ela ocorre através da pesquisa em livros, capítulos de livros, dissertações, periódicos nacionais e estrangeiros que ajudam a fundamentar e analisar as variáveis do trabalho. Além disso, há a pesquisa documental nos Livros Brancos chineses para a América Latina de 2008 e 2016 e em documentos oficiais de ambas as regiões.

A questão do idioma é outro ponto relevante, pois há pouca produção em português da temática e isto se torna um desafio para aqueles que não dominam uma língua estrangeira, como inglês e espanhol por exemplo, as mais utilizadas. Dentro desses aspectos, um estudo acadêmico brasileiro, produzido em português agrega valor para as pesquisas concernentes a China e América Latina.

O trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo fará uma retomada histórica da formação do povo chinês, abrangendo a guerra do ópio e o século da humilhação, dois eventos interligados que influenciaram a realização da Revolução de 1949. Após essa breve introdução, será abordada as mudanças que Mao Zedong realizou na China, o período do isolacionismo e a bipolaridade da Guerra Fria, bem como a aproximação do Estado chinês aos países do Terceiro Mundo através da Conferência de Bandung. Será analisada também a reabertura chinesa a partir do governo de Deng Xiaoping e sua postura frente a região asiática e a África, regiões periféricas do sistema internacional. Por fim, trataremos da utilização do *soft power* como forma de se aproximar dos países em desenvolvimento, baseada na retórica de coexistência e desenvolvimento pacífico.

O segundo capítulo estudará o relacionamento sino-latino-americano a partir das décadas finais do século XX, ou seja, a partir do governo de Deng Xiaoping e percorre até Jiang Zemin. Dentro desse período será abordado a retomada das relações diplomáticas com o Brasil e demais Estados da região, bem como o estreitamento da parceria estratégica entre a China e o Brasil na década de 1990, focando em alguns aspectos econômicos da relação. Esse capítulo focará na relação sino-brasileira devido a proeminência que o Brasil ganhou no cenário internacional nos últimos tempos e a forte relação com a China. Ao final, será estudada a relevância da cooperação Sul-Sul como mecanismo de política externa chinesa para se aproximar dos países em desenvolvimento, notoriamente com foco na América Latina.

O terceiro e último capítulo analisará a nova postura chinesa no século XXI, bem como suas consequências para o relacionamento sino-latino-americano, tendo em vista que a China passou a ocupar espaços tradicionalmente ocupados pelos EUA na região a partir dos anos 2000. Será analisada a criação do BRICS e a forma como esse grupo fortaleceu a figura dos países em desenvolvimento perante o cenário internacional. Ademais, será estudado o Fórum China-CELAC, o que ele representa tanto para China quanto para a América Latina e por último, a atualidade do relacionamento sino-latino-americano com o governo de Xi Jinping.

2- A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E A POLÍTICA EXTERNA PARA OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Para entendermos a atualidade do Estado chinês é necessária uma contextualização histórica. Sendo a China um Estado de cultura milenar, não há aqui a pretensão nem o espaço para grandes revelações. O que se pretende é mostrar alguns fatos que influenciaram a postura chinesa e que foram relevantes para a construção do grande Estado que hoje é a China.

O vasto território chinês possui uma rica história sobre a constituição do seu povo. A sua civilização é uma das mais antigas da humanidade e são mais de quatro mil anos de construção da sociedade chinesa. Para Couto (2008) a cultura do país era bem mais avançada que as demais na época da Idade Média, pois enquanto a Europa estava presa à um cenário de caos e baixo desenvolvimento, a região do Estado chinês produzia arte e a ciência. Ainda conforme Couto (2008, p. 7) “foram eles quem inventaram e trabalharam o papel, a impressão (bem antes da prensa de Gutenberg), a pólvora [...]”. Por isso, estudar sobre o passado da China é adentrar um mundo com histórias relevantes e feitos humanos destacáveis, que mostram a capacidade do povo chinês.

Os chineses consideravam-se superiores devido a coesão interna, suas crenças sobre a origem da população e o fato de dominarem as artes, como a música e os poemas. Pinto (2005, p.3) destaca “as tribos periféricas foram sempre menos adiantadas e, com frequência, aceitavam o imperador chinês como seu próprio suserano”, caracterizando a relação do país com seu entorno. Nesse sentido, havia entre a China e seus vizinhos um relacionamento de vassalagem, que consistia em pagamento de tributos ao governo pelos Estados no seu entorno, em troca de proteção e estabilidade regional (PINTO, 2005). Grande parte da antiguidade chinesa foi voltada para dentro do seu território, num isolacionismo focado no desenvolvimento da sua população ao invés de buscar rivalidade e hegemonia na região. Segundo Pinto (2005) esse isolamento existia devido a crença que o Império chinês era o centro do mundo e “inclusive pelo fato de que, até a consolidação do expansionismo comercial europeu na Ásia, não se havia defrontado com alguma civilização rival” (PINTO, 2005, p. 5).

Esse aspecto passa a mudar com a invasão estrangeira ocidental do território chinês. Segundo Pinto (2005, p. 5) “com a entrada dos britânicos na disputa por fatias do mercado da Ásia, durante o século XVII, aumentou sensivelmente a influência europeia, trazendo consigo novas formas de hegemonismo”. A Inglaterra foi a potência europeia que mais tempo se infiltrou na China, mas houve também incursões portuguesas como a expedição realizada a mando do governo português em 1516 (LISBOA, 2016). A chegada da Inglaterra, que buscava alargar seu comércio e estava engajada na Segunda Revolução Industrial, agitou o comércio chinês como nunca. A papoula foi a questão central da proeminência inglesa no Império, já que o ópio extraído da planta e originário da Índia, adentrou o Estado chinês e causou as conhecidas Guerra do Ópio. Essas guerras aconteceram entre 1839 e 1860 e impactaram negativamente a China.

A expansão colonial da Inglaterra pelo território chinês fez com que o ópio, produto proibido de entrar no território, fosse clandestinamente comercializado, através dos diversos portos chineses e principalmente pelo porto de Cantão. A década de 1840 marca o início da guerra entre os países, em que a Inglaterra possuía grande vantagem de esquadra marítima. Além disso, o fato do exército inglês ser inúmeras vezes superior ao chinês fez com que, depois de dois anos de guerra, a Inglaterra ganhasse o território de Hong Kong através do tratado de Nanquim. Esse tratado segundo Lisboa (2016, p. 45) “obteve a Inglaterra a cessão da ilha de Hong Kong, a franquia de mais quatro portos ao seu comércio, a redução dos direitos de alfândega e uma indenização de guerra”. A exploração de Hong Kong intensificou o comércio inglês com a Ásia e decretou a proeminência desse Estado sobre o Estado chinês.

As guerras do ópio e os tratados provenientes da exploração fizeram com que a China se abrisse para as potências estrangeiras, algo que ficou conhecido como “século da humilhação”. Para Silva (2015, p. 25) “o período foi caracterizado pelo progressivo enfraquecimento do governo central em manter a ordem interna, o desenvolvimento econômico e seus interesses diante dos inimigos externos”, em que os desleais tratados firmados entre a China e as potências europeias significaram a decadência do governo chinês e permitiram a ascensão de seu vizinho, Japão. Esse cenário influenciou Mao Zedong e o Partido Comunista a buscar mudar a realidade chinesa, visando superar esse período nefasto. Logo, a ingerência estrangeira serviu

de combustível para o processo político que instalou a República Popular da China em 1949.

2.1 - Mao Zedong, a ruptura com a China antiga e a nova inserção internacional

A revolução chinesa, que culminou com a criação da República Popular da China foi, entre outras coisas, reflexo da grande opressão externa que o país sofreu da metade de 1800 até início de 1900. Conforme Pomar (2003, p. 16) argumenta “mesmo após a República em 1911, a China permaneceu um mosaico de regiões dominadas por senhores de guerra, proprietários rurais com exércitos próprios lutando entre si pelo predomínio nacional”. Portanto, a população chinesa não possuía até a década de 1940 um governo central para se apoiar, além das instabilidades internas que permeavam todo o governo e a população. Logo, quando Mao Zedong subiu ao poder em 1949, a política adotada foi a de trazer centralidade ao governo.

A Revolução Russa de 1917 também influenciou o movimento do Partido Comunista. Nesse contexto, surgiram novos atores internos como os operários e os camponeses demonstrando apoio ao partido que representava o proletariado na China (POMAR, 2003). Então, a instituição da RPC reafirmou “a determinação das lideranças de restaurar o antigo orgulho” (LAMBERT DE AZEVEDO, 2015, p. 179) num cenário de constantes invasões que atrapalhavam a ordem interna do Estado, como a invasão da Manchúria pelo Japão em 1931. Mao Zedong foi a figura principal do movimento comunista, representando grandes mudanças ao território chinês. Segundo Kissinger (2011, p. 106) “Mao gerou um ataque profundo ao pensamento político chinês tradicional [...] e Mao idealizava a rebelião e o choque de forças opostas, tanto nos assuntos domésticos como externos [...]”. O que o novo líder chinês pretendia ao subir ao poder era romper com o passado, para que a nação esquecesse o período de humilhação e aceitasse uma nova forma de se desenvolver.

O maoísmo representou ao país uma virada histórica, visto que esse processo trouxe mudanças para todo o sistema chinês, tanto política, cultural quanto economicamente. Internamente, ele comandou o país de forma autoritária enquanto que no cenário internacional, não possuía tanto poder para mudar a realidade da época. Então, “ele introduziu um estilo especial que substituía a força física por militância ideológica e a percepção psicológica, evitando contato com os países do

ocidente nesse primeiro momento de governo” (KISSINGER, 2011, p.110) para assim fortalecer seu relacionamento com países comunistas. Como Fairbank e Goldman (2008, p. 322) comentam “na fase inicial, o sentimento da população nas cidades era de euforia, centrada na crescente confiança do PCC”. Havia motivação para que uma nova ordem fosse estabelecida no Estado chinês, o que ajudou na sua consolidação.

Entretanto, existiam problemas no país, como o enfrentado por Mao no início da RPC com a ingerência soviética, que como apontado por Junior (2013), tentava transformar a China em uma fiel seguidora de seu modelo político comunista. Essa atitude passou a incomodar Mao Zedong, visto que ele possuía um entendimento diferente do que era necessário para o território que comandava, sendo esses desencontros político-ideológicos algo que abalará a relação sino-soviética em pouco tempo. Ainda sobre as animosidades entre os países, Kissinger (2011) comenta

O sinocentrismo apaixonado de Mao o impedia de compactuar com as premissas básicas do império soviético regido a partir de Moscou. O ponto focal dos esforços defensivos e políticos do império era a Europa, que constituía uma preocupação secundária para Mao. Quando, em 1955, a União Soviética criou o Pacto de Varsóvia dos países comunistas, para contrabalançar a Otan, Mao se recusou a tomar parte dele. A China não iria subordinar a defesa de seus interesses nacionais em uma coalização. (KISSINGER, 2011, p. 170)

O Grande Salto para frente¹ planejado por Mao foi um ponto de inflexão de sua política. Esse projeto surgiu devido as inquietações internas do povo chinês e Pereira e Carvalho (2015, p. 68) explicam que “a China experimentava grandes insatisfações populares: greves de operários; manifestações de estudantes e; intelectuais contrários à condução política vigente à época”. Este cenário exigiu de o líder chinês tomar ação para acalmar os ânimos e assim, de 1958 a 1960 esteve em vigor o plano do Grande Salto. Tanto Carvalho (2016) quanto Pereira e Carvalho (2015) concordam que esse plano foi desastroso para a política interna chinesa, pois atrasou o desenvolvimento do país e não gerou os resultados esperados. Lambert de Azevedo (2015, p. 179) esclarece que “a consequência foi a falta generalizada de alimentos. O número

¹ O Grande Salto para frente foi um projeto idealizado por Mao Zedong de cunho político-econômico que pretendia modernizar e desenvolver o Estado chinês, para superar o atraso de um país basicamente agrário. Ao contrário do pretendido, o governo não obteve êxito com esse programa e milhares de pessoas passaram fome e dificuldades.

contabilizado de mortes por fome entre 1959 e 1961 varia”, demonstrando o fracasso de Mao Zedong em organizar internamente a sociedade.

Outro projeto idealizado por Mao, a Revolução Cultural realizada em 1966, marca o início do isolacionismo do país, que já se encontrava distante do ocidente, passando então a distanciar-se também da URSS. Neste período houve a tentativa de resgatar a euforia de 1949 e do início da revolução em que o país passou a depositar forças nos aspectos internos, deixando o sistema internacional em segundo plano. Assim, a China foi praticamente excluída do sistema internacional em relação a aspectos diplomáticos e econômicos por quase dez anos, de 1966 a 1976.

Segundo Carvalho (2016) Mao acreditava que a cultura do país tinha trilhado um caminho errado, pois apresentava aspectos burgueses, sendo esse o oposto do que foi proposto quando a RPC se materializou. O líder chinês condenou o revisionismo, sendo então a Revolução Cultural uma forma de repensar a base cultural do país, o que desencadeou transformações nos diversos níveis da estrutura social. De acordo com Leão, Martins e Nozaki (2011)

No caso da China, os conflitos regionais e a marginalização do sistema capitalista aprofundaram o isolamento internacional e influenciaram a radicalização da Revolução. Isso se refletiu também na esfera econômica, uma vez que já na década de 1960 a China se encontrou em situação de grande restrição externa chinesa, em função da deterioração dos acordos estabelecidos com países estrangeiros, notadamente com a URSS, e da incapacidade de resposta do seu setor exportador. (LEÃO; MARTINS; NOZAKI, 2011, p. 202)

Como o processo histórico mostra, a China foi cada vez mais dialogando com os Estados Unidos enquanto se distanciava da União Soviética durante a década de 1960. Kissinger (2011) comenta que Mao não concordava com certos conceitos da Revolução Russa e o fato da URSS querer um atrelamento direto ao seu modelo, o que desagradou o governante chinês que tinha objetivos diferentes para o desenvolvimento de seu país. A aproximação com os norte-americanos ocorreu também devido as mudanças no sistema internacional, refletidas no declínio do poder soviético e no estabelecimento dos EUA como superpotência política e econômica.

O que corrobora a abertura chinesa para o sistema internacional é o fato de ter conquistado um assento no Conselho de Segurança da ONU, em 1971. Ademais, o reestabelecimento de laços com os EUA é apontado como determinante na conquista do assento já que “isso permitiu que o país galgasse maior visibilidade no cenário

internacional e passasse a exercer maior influência” (AMARAL, 2011, p. 15) ocupando assim o assento de Taiwan e mudando o jogo a seu favor. Esta façanha foi importante para o governo de Mao Zedong e para a China como um todo, pelos anos de reivindicação de um lugar importante no sistema internacional.

A maneira como Mao articulou as relações exteriores do país, evitando uma guerra com a URSS, defendendo suas fronteiras de ataques iminentes e dialogando com os EUA demonstra que apesar de um período conturbado, a China conseguiu provar ser possível construir sua inserção internacional diferente dos modelos adotados até então. Dessa maneira, “o que a abertura da China conseguiu foi uma oportunidade de aumentar a cooperação onde os interesses eram congruentes e mitigar as diferenças onde existiam” (KISSINGER, 2011, p. 273). Mao soube articular a política chinesa para se desvencilhar do isolacionismo e dar início ao grande desenvolvimento do país.

Sua política externa tentou aproximar o país com outros Estados como forma de superar o século da humilhação que havia passado. Mao Zedong e o Partido Comunista procuraram trazer para o governo uma nova forma de se relacionar com o mundo e assim, garantir a soberania e a autodeterminação da China. As invasões territoriais sofridas pelo povo chinês no fim de 1800 e início de 1900 influenciaram a postura de Mao, para que a política chinesa fosse construída de forma a desvencilhar-se do imperialismo europeu, procurando estabelecer cooperação com os países que se encontravam numa situação parecida, tendo como exemplo máximo a Conferência de Bandung de 1955 e o Movimento dos Países Não-Alinhados.

A Conferência de Bandung foi um aspecto relevante na luta dos países periféricos para se colocarem no sistema internacional. De acordo com Medeiros (2017) este impulso em reunir países que passavam por um momento de descolonização significou a busca por autonomia, já que os 29 líderes asiáticos e africanos que se reuniram na Indonésia firmaram uma postura política de distanciamento das grandes potências. Além disso, “visavam cooperação econômica, cultural e política mais estreita, tendo em vista a consecução do desenvolvimento.” (TANCREDI; LUBASZEWSKI; MILAGRE, 2014, p. 3).

Assim, a Conferência marcou a possibilidade de os países conversarem sem as amarras e os interesses ocidentais. Funcionou também como espaço para clamarem a autodeterminação dos povos e “marcou a irrupção do Terceiro Mundo no

cenário internacional, contribuindo para consolidar uma nova tendência de crescente influência dos países neutralistas” (VISENTINI, 2007, apud TANCREDI; LUBASZEWSKI; MILAGRE 2014). Este movimento ocorreu durante a Guerra Fria serviu mais adiante, quando Deng Xiaoping assume o poder, como retórica para a política externa chinesa procurar cooperar com outros Estados que se encontravam na mesma estratificação da ordem global.

A postura de Mao frente aos países do então Terceiro Mundo priorizava os aspectos ideológicos. Quando se viu livre da influência da União Soviética, o líder chinês procurou estabelecer contato com aqueles países que não estavam atrelados a agenda bipolar (MANRÍQUEZ; ALVAREZ, 2014). Assim, a política externa de Mao esteve mais voltada a questões político-ideológicas do que econômicas, o que ficou refletido na ajuda que o governo chinês ofereceu aos movimentos de libertação na África e na América Latina (MANRÍQUEZ; ALVAREZ, 2013). Tal postura de fortalecer os movimentos de pensamento comunista não foi aplicada por Deng Xiaoping, que possuía uma visão bem mais pragmática do mundo.

Conforme Pomar (2003) salienta, o período liderado por Mao passou por várias turbulências, o que fez com que o país passasse por uma difícil fase de afirmação perante o sistema internacional. Essas dificuldades eram políticas, econômicas, culturais e ideológicas e refletiu tanto interna quanto externamente, dada a fase do isolacionismo. A sociedade chinesa foi afetada diretamente por essas turbulências e era necessário então, repensar uma nova postura para o grande dragão asiático assumir. Para Benachenhou (2013, p. 17) “a China de antes das reformas da década de 1980 não era elegível para esse posto”². Logo, a entrada de Deng Xiaoping no lugar de Mao representou uma mudança na postura chinesa com consequências para o sistema internacional, que será abordada a seguir.

2.2- Deng Xiaoping e a reabertura da China

Devido ao falecimento do líder Mao Zedong em 1976, Deng Xiaoping subiu ao poder em 1978, trazendo consigo ideias reformistas, visando estabelecer uma China forte e descentralizada para desenvolver a indústria tecnológica e aumentar o bem-

² O posto que o autor se refere é o de grande potência.

estar de vida da população. Pinto (2010) explica que Deng entendia ser necessário eliminar alguns dogmas socialistas para que a modernização do país fosse possível. É atribuído a sua figura o sucesso chinês da atualidade, pois sua visão de mundo e de política externa foi assertiva, já que obteve êxitos que auxiliaram a China a buscar seu lugar de um Estado potência.

O processo de reformas iniciou a partir da política das Quatro Modernizações, em 1978, onde o novo líder chinês considerava a indústria, a tecnologia, a agricultura e o exército como meios importante para trazer ascensão ao país. Pereira e Carvalho (2015, p.72) destacam a importância do processo quando afirmam sobre seus ganhos “graças ao modelo das Quatro Modernizações a China alcançou um alto grau de desenvolvimento, sendo possível que o aumento significativo das exportações através da criação de plataformas de exportação na região costeira”. Como analisa Junior (2013), Deng Xiaoping realizou uma reforma nas esferas política e econômica não só internamente, mas também como forma de se aproximar do ocidente.

Como Mao havia realizado a unificação da China e a conquista dos territórios anteriormente retirados do Estado chinês, cabia a Deng alavancar o país para conquistas maiores e com impacto no sistema internacional, pois a reforma maoísta ficou principalmente concentrada nas questões internas. Dessa forma, segundo Kissinger (2011, p. 327) “decretando que “pobreza não é socialismo”, Deng proclamou que a China necessitava obter tecnologia, especialização e capital estrangeiros para remediar suas deficiências” apontando assim diferenças políticas entre os presidentes. Durante o período em que esteve no comando do país, Deng Xiaoping aumentou a relevância chinesa na região asiática, além de estabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos e dar grande atenção as questões econômicas, como por exemplo, a criação das Zonas Econômicas Especiais. Essa decisão serviu para atrair capital estrangeiro e desenvolver a indústria, que era pouco estimulada e assim, fomentar o emprego na região com o objetivo de ajudar no desenvolvimento do país.

Embora internamente o período liderado por Mao tenha experienciado grandes conturbações, como visto com a Revolução Cultural, o desenvolvimento do país em pouco tempo é notório. Seu governo durou desde a criação da república em 1949 até 1976, ano do seu falecimento. Como Pinto (2010, p. 22) ressalta “um país que, na primeira metade do século XX, fora devastado por guerras internas, encontrava-se,

no início da década de 1980, unificado, apesar das crises da Revolução Cultural”. Assim, Deng aproveitou todas as mudanças realizadas pelo seu antecessor e deu um passo importante com a abertura da China para o sistema internacional, visando transformar o país em uma grande potência. O processo de abertura iniciado por Deng foi determinante para que o país conquistasse os níveis que possui atualmente de desenvolvimento econômico e abrangência política, refletindo diretamente na melhora das condições de vida da sociedade chinesa, juntamente com a grande relevância diplomática que possui nos dias atuais.

A partir da liderança de Deng, a China se abriu para o exterior e isso significou buscar oportunidades no relacionamento com o maior número possível de países. O confucionismo neste período volta a ganhar espaço e passa a influenciar a política, a diplomacia e o pensamento da sociedade chinesa. Ainda que Mao tenha sido um grande líder, é na figura de Deng Xiaoping que a China moderna se espelha. Segundo Viggiani (2015, p. 6) “apesar de todos os avanços sociais do período de Mao, o regime comunista chinês já apresentava desde a década de 70 algumas disfuncionalidades do ponto de vista social, político e econômico”. Nesse período do início dos anos 1980, o presidente Deng Xiaoping mudou a postura chinesa e as regiões da América Latina e da África ganharam atenção, além do governo ter reforçado os laços com o entorno asiático. Conforme Pereira e Carvalho (2015)

A progressiva presença chinesa nas Relações Sul-Sul reflete fatores pragmáticos, como as necessidades internas do país (que são cada vez maiores) e a garantia de uma estabilidade política e econômica, assim como a manutenção de um status de potência nas relações internacionais contemporâneas. (PEREIRA; CARVALHO, 2015, p.73)

Dessa forma, o período maoísta e o período de Deng Xiaoping, que durou de 1978 até 1990, mostraram formas diferentes de governar a China. Deng possuía uma visão pragmática do mundo enquanto Mao atribuía grande relevância a ideologia. “Deng utilizara-se a princípio trechos de discursos do próprio Mao para enfatizar que os novos membros não abandonavam o antigo líder, mas realizavam uma interpretação do seu pensamento conivente com as mudanças que pretendiam” (MENDONÇA, 2009, p. 21). Foi dessa forma que o novo líder começou seu mandato, buscando semelhanças com o passado para afirmar sua liderança e poder então empreender as mudanças necessárias.

Segundo Mendonça (2009) a plenária do comitê do partido comunista em 1978 significou um ponto de extrema importância, pois marca a mudança do posicionamento chinês. Naquele momento, foi onde Deng Xiaoping divulgou suas ideias de cunho reformistas e se encaminhou para uma política de viés econômico e menos político. É também na era Deng que se estabeleceu o socialismo de mercado pelo qual a China ainda é reconhecida atualmente. Essa estratégia, segundo Medeiros (2008, p.1) “levou a uma extraordinária expansão econômica fazendo da China o país de mais alto e persistente crescimento econômico dos tempos modernos”. Ademais, o objetivo da estratégia era proporcionar à China um lugar de relevância no sistema internacional, compatível com sua potência econômica.

Deng Xiaoping mudou a maneira do Estado chinês se portar e ao se abrir para mundo, impulsionou economicamente o país. Conforme explica Lambert de Azevedo (2015, p.180) “a iniciativa de Deng Xiaoping em retornar a histórica unidade produtiva do campo para a familiar – revogando a implantação da produção agrícola com fulcro em comunas – revelou-se exitosa”, o que acarretou em uma urbanização acelerada e num posterior aumento da qualidade de vida. Para Mendonça (2009) a diferença entre Mao e Deng podia ser vista já no discurso, pois este último utilizava termos que demonstravam a falta de interesse em seguir ideologias visto que “os slogans agora eram “emancipar a mente”, “procurar a verdade nos fatos”, a “prática como único critério da verdade”” (MENDONÇA, 2009, p. 24).

O que o novo líder chinês realizou foi uma reforma visando aumentar o relacionamento da China para com os demais países, como os do ocidente. Por tanto, mesmo Mao tendo realizado uma leve abertura durante seu mandato, é com Deng que o dragão chinês passa dar ênfase nas reformas política e militar (JUNIOR, 2013). Durante a década de 1980 aumentou-se a percepção de que a ordem bipolar não teria fôlego para continuar muito tempo e nesse sentido, Deng acreditava que os países do sudeste asiático representavam e reforçavam a cooperação como meio de questionar a realidade entre os países do então Terceiro e Primeiro Mundo (PINTO, 2010).

Assim, uma consequência do término da Guerra Fria e do crescimento da China é que “no Sudeste Asiático, tornou-se possível o ressurgimento de influências político-culturais antigas, como a chinesa” (PINTO, 2010, p. 25). Logo, a década de 1980 torna-se importante para a política externa chinesa e conseqüentemente para a América Latina, pois as relações internacionais de Pequim floresceram a partir desse

momento, junto com o relacionamento sino-latino-americano. Os impactos da abertura chinesa para a região da América Latina serão apresentados no próximo capítulo enquanto que o relacionamento com a Ásia e com a África serão abordados de forma geral, a seguir.

2.3 - O POSICIONAMENTO CHINÊS PARA AS REGIÕES DA ÁSIA E ÁFRICA

Para analisarmos a política externa chinesa para a América Latina, se faz necessário entendermos como o Estado chinês atua em regiões igualmente periféricas, como o entorno asiático e a África. Embora seja difícil tratar de duas regiões com enorme espaço geográfico e milhares de anos de história, será traçado um panorama geral da ação chinesa nessas diferentes regiões e culturas para que assim seja mais fácil entender como atua a China na América Latina, analisando se há fatos na política externa chinesa que aproximam tais regiões para com a nossa, qual o nível de proximidade, entre outros.

Com o ressurgimento de diversos atores e Estados no sistema internacional a partir da Conferência de Bandung e do Movimento dos Países Não Alinhados, as duas regiões foram importantes aliadas do posicionamento chinês, tanto na esfera política quanto econômica. Logo, cabe destacarmos sua relação com o entorno asiático e com a África, especialmente por usar o *soft power* para estreitar as relações com a África. Tendo em vista a importância da América Latina para este trabalho, a região será tratada em capítulo específico, cabendo aqui analisarmos as medidas adotadas pela China para Ásia e África nas últimas décadas.

2.3.1 - China e Ásia

O Estado chinês convive desde os primórdios de sua formação com diferentes culturas e sociedades ao seu redor. Embora alguns confrontos tenham marcado a relação da China com seus vizinhos, primordialmente imperou o respeito, através de uma postura pacífica, pois acreditavam serem superiores em relação as demais sociedades da região. De acordo com Pinto (2005)

A moldura política pretendida pelo Império do Centro, contudo, era de caráter eminentemente cultural, sem o estabelecimento de presença política direta no Sudeste Asiático, sempre que seus vizinhos não representassem ameaça ao equilíbrio da área. Nesta perspectiva, a influência criada pela China era expressa pela sua incontestável superioridade em termos de organização política e social e produção de normas éticas de procedimento, executadas exemplarmente pelos próprios chineses na convivência entre nações. Não se procurava o domínio econômico ou a conquista territorial dos Estados vizinhos, com o emprego da força. Como resultado, o Sudeste Asiático tinha a percepção constante da existência de uma potência regional a ser levada em conta, mas não permanentemente temida. (PINTO, 2005, p. 4)

O relacionamento com os países do seu entorno foi moldado pela supremacia tanto em aspectos culturais quanto sociais e econômicos, caracterizando vassalagem. Conforme Ho-fung Hung (2017, s/p) “o mundo, de acordo com a visão imperial chinesa, é constituído por círculos concêntricos centrados no imperador, que governa diretamente províncias localizadas no círculo externo imediato e tributa vassalalos [...]”. O domínio chinês, anteriormente explicado por Pinto, ocorria na região com aspectos culturais, através da crença de superioridade e no pagamento de tributos para que a China garantisse proteção aos demais. Dessa forma, Hung (2017) destaca o fato desse relacionamento ter sido diferente daquele compartilhado pelo sistema de Vestfália, onde os princípios de soberania, fronteiras e nação foi estabelecido.

No período mais recente da história asiática, a invasão europeia veio para ditar novas regras e comportamentos à região. A respeito disso, Pinto (2005, p. 5) explica “com a entrada dos britânicos na disputa por fatias do mercado da Ásia, durante o século XVII, aumentou sensivelmente a influência europeia, trazendo consigo novas formas de hegemonismo” que utilizavam sua grande frota marítima para adentrar novas regiões. Outro elemento importante da atuação britânica na Ásia foi o deslocamento que o Estado causou as pessoas da região, como chineses e indianos, para servirem de mão de obra na Malásia por exemplo, o que causa impacto até os dias atuais para o sistema regional, envolvendo conflitos étnicos e culturais (PINTO, 2005).

A questão dos chineses de ultramar também foi fator relevante para a relação da China com seus vizinhos.³ A partir dessa lógica, o número de chineses que se encontram espalhados pela região asiática fortalece o relacionamento da China para com seu entorno. Assim, o bloco formado pela China e o sudeste asiático representa

³ Segundo Pinto (2000, p. 41) “chineses de ultramar serão considerados o grupo de pessoas afetadas pela esfera de influência cultural da China”.

fator importante para a política externa chinesa, dado que a integração entre as regiões está relacionada, entre outras coisas, ao poder que os chineses da diáspora exercem.

Passando para épocas mais recentes, a Segunda Guerra Mundial modificou o relacionamento da China para com seus vizinhos asiáticos, pois a descolonização dos países e o posterior Movimento dos Países Não Alinhados, já no contexto da Guerra Fria, permitiram aos Estados não se submeterem ao mandato chinês, como ocorreu por muitos anos. Assim, os novos Estados que surgiram nessa época já eram inseridos na ordem bipolar de comunismo ou capitalismo (PINTO, 1997). Nesse período, a China vinha enfrentando anos de declínio do seu poder para a região devido as invasões estrangeiras, enquanto os EUA aumentavam consideravelmente o alcance aos países do Sudeste Asiático e Japão.

Com o fim da Guerra Fria em 1989, o cenário internacional outra vez se modificou. Vários grupos se formaram na esfera regional para fortalecer os Estados, num mundo então multipolar e com a economia de diversos países crescendo de forma exponencial. Para Klein Silva (2017)

O fim desse período foi um marco ao liberar as ações dos atores internacionais da lógica bipolar. Nessa nova fase, mesmo em um contexto de interações cada vez mais em escala planetária, os eventos locais são cada vez mais relevantes para se compreender o sistema internacional: instabilidades regionais afetam preços de commodities em todo o mundo, conflitos armados podem gerar movimentos migratórios com impactos em outras regiões; graves acidentes ambientais podem, por meio do ar e do mar, resultar em impactos em vastas regiões do globo, e grupos regionais “filtram” a inserção econômica internacional dos Estados. (KLEIN SILVA, 2017, p. 160)

Nesse sentido, a ASEAN (Associação de Nações do Sudeste Asiático) é um forte exemplo de como a regionalização ganhou força no contexto pós-Guerra Fria. Esse grupo de cunho econômico surgiu no contexto da Guerra Fria, em 1967, mas foi só após o término da guerra que começou a prosperar. Becard e Castro (2013, p.23) explicam que “findados os anos 1990, a ASEAN tornou-se um dos grupos com mais rápido crescimento econômico no âmbito internacional. Atualmente, o bloco é composto por economias em variados graus de desenvolvimento”, o que sugere a importância de mecanismos regionais para o fortalecimento de países em desenvolvimento. Fazendo um rápido paralelo, o Mercosul foi criado no mesmo

período, devido a onda de otimismo que os países periféricos tinham sobre integração regional e desenvolvimento de suas economias.

Retomando para a ASEAN, a crise asiática do final da década de 1990 foi desastrosa para uma série de países pertencentes a associação. Isso acarretou em diversas crises no entorno chinês, como instabilidade política, diminuição dos empregos e falência de diversas empresas (BECARD; CASTRO, 2013). Diante deste cenário de crise e grandes turbulências para os países asiáticos, a China foi quem se saiu melhor e prestou grande ajuda aos seus vizinhos. Conforme Becard e Castro apontam (2013, p. 26) “participou ativamente em projetos de ajuda organizados pelo FMI e de ajuda bilateral para Tailândia e Indonésia; decidiu não desvalorizar o yuan; adotou políticas de estímulo à demanda doméstica e ao crescimento econômico [...]”. A ajuda chinesa foi muito importante diante dessas circunstâncias, primeiro porque os países ocidentais não demonstraram grande preocupação com a crise e segundo porque indo ao resgate das economias da região a China garantiu aos seus parceiros comerciais uma forma de saírem da crise e uma forma do Estado chinês não ser diretamente afetado por tal, atitude característica da postura de “*win win*” que adota.

Ademais, percebe-se a importância que a associação tem para o governo chinês porque é perceptível a aposta que a China faz no grupo para reforçar sua economia e para criar laços efetivos que corroborem sua ascensão no sistema internacional. De acordo com Loong (2006, p. 110) “a política da China em relação à ASEAN revela a habilidade e a persistência desse país para cultivar relacionamentos mediante aplicação de *soft power* visando interesses de longo prazo” pois assim consegue aumentar o diálogo com os pequenos países da região que cada vez mais avançam economicamente. O que os países do entorno chinês desejam é o desenvolvimento econômico e social, por isso a China é vista como uma boa parceira nesse sentido, mas mais do que isso, querem acordos justos e parcerias diversificadas, não se atendo somente a China.

Na virada do século XX para XXI, os membros da ASEAN conheceram a expansão de seu comércio e o ressurgimento chinês como centro de poder e desenvolvimento. Isso é o que Gaspar (2011) também acredita sobre a influência chinesa na região, já que “a ressurgência da China e a dinâmica de integração econômica regional tornaram possível a unificação da Ásia Oriental num complexo de segurança regional com fronteiras razoavelmente definidas” (GASPAR, 2011, p.11).

Assim, a preferência chinesa na região fez com que atores ocidentais como os Estados Unidos perdessem um pouco de sua influência, o que o levou a reforçar os laços políticos com seus tradicionais aliados da área, como Japão e Coreia do Sul (GASPAR, 2011). Isso não significa que o governo norte-americano deixou de exercer seu poder na região, mas que a China tem sido o destaque. Conforme Loong (2006), os EUA são uma peça importante na região na luta contra o terrorismo e estão cada vez mais focados na área, dada a ascensão chinesa.

De fato, o continente asiático possui nuances e peculiaridades que nenhuma outra região tem e para desenvolver esse assunto outro trabalho seria necessário. O que cabe destacar aqui é o desenvolvimento que a região passou no fim dos anos 1990 com forte influência chinesa, que assegurou ao seu entorno asiático a possibilidade de sair da crise. O papel da ASEAN ganha destaque nesse sentido, como mecanismo regional que visa a integração e o desenvolvimento de seus membros, que cada vez mais participam do cenário internacional e ganham poder de fala frente as potências do sistema. A China, como tal, “tem enfatizado seu apoio a uma arquitetura regional aberta e também que não tem intenção de formar um grupo fechado, dominado pela própria China” (LOONG, 2006, p. 112) reafirmando não ter pretensão de ser invasiva quanto a política de seus vizinhos.

2.3.2 - China e África

A relação sino-africana tem grande relevância política. No período da Guerra Fria e no contexto da Conferência de Bandung, a República Popular da China possuía uma diplomacia voltada para as questões afro-asiáticas “caracterizada pela solidariedade com movimentos revolucionários e antiimperialistas” (PEREIRA, 2011, p. 14). Portanto, o governo de Mao Zedong percebeu a relevância estratégica que a região possuía naquele momento para sua política anti-imperialista, que lutava para se desvencilhar da hegemonia das grandes potências. O diálogo multilateral que caracterizou a Conferência de Bandung em 1955 foi oportuno para a política externa do governo chinês, já que naquele momento alargou as possibilidades de o país cooperar com Estados que estavam passando pelo mesmo período de baixo desenvolvimento.

Nesse sentido, a aproximação feita por Mao Zedong com os países africanos visou aumentar seu reconhecimento internacional, além de minar o apoio que Taiwan recebia dos outros Estados. Pequim estava buscando autonomia para desenvolver sua economia e o país em geral, por isso a estratégia de buscar apoio nos países do continente africano (PEREIRA, 2011). Essa aproximação também ocorreu conforme Pereira (2011, p.15) “para romper o isolamento, a saída de Pequim foi dirigir-se até os novos países independentes da África, Ásia e América Latina que também precisavam do apoio chinês com relação ao reconhecimento internacional”. A política chinesa, baseada nos cinco princípios da coexistência pacífica, permitiu então essa aproximação entre as regiões que ficaram conhecidas como Terceiro Mundo e que buscavam ter maior inserção no sistema internacional com possibilidade de reivindicar seus direitos, atuando de forma multilateral.

Após o fim da Guerra Fria, as potências tradicionais perderam o interesse na região africana, visto que era um território exaurido por guerras e exploração. Diante desse cenário e do relativo abandono, o governo chinês criou um projeto articulado de relacionamento com a região. Para Bertonha (2007) a China passa a negociar com o continente africano buscando combustíveis e produtos primários em troca de investimentos, principalmente na questão de infraestrutura. Já Visentini (2011) entende que a aproximação com o continente africano aconteceu por diversos motivos, entre eles: econômicos e diplomáticos. Em relação ao motivo econômico, voltamos a importância energética da região para a China e sobre o diplomático está o fato de Taiwan ainda representar uma questão importante em relação ao poder soberano do país.

Na década de 1990, o perfil do relacionamento passou a se transformar e segundo Visentini (2011, p. 140) “depois de 1989, a ajuda humanitária e os negócios entre as partes cresceram significativamente”. Para Paulas (2014, p. 42) “ao estabelecer a cooperação sino-africana, a China expande consideravelmente a sua área de influência e avança com a sua ofensiva diplomática [...]” garantindo assim, apoio de uma região estrategicamente importante, que foi palco de tantas disputas no passado, alargando seu poder no cenário internacional.

Devido ao rápido crescimento da economia chinesa, o país não foi capaz de produzir todo o petróleo necessário para assegurar sua ascensão como Estado, onde o aumento da qualidade de vida impactou diretamente na demanda por recursos

energéticos. Nesse sentido, a opção para o país foi buscar no sistema internacional diversos parceiros capazes de fornecer a matéria prima, tão fundamental para seu desenvolvimento e assim “a China encontrou no continente africano um excelente fornecedor de matérias-primas, principalmente recursos fósseis e metálicos para suprir a sua imensa demanda por energia” (PAULAS, 2011, p. 41). Por tanto, o caráter da relação sino-africana é baseado nos ganhos que o Estado chinês tem em relação a compra de matéria-prima na região, além do apoio que o mesmo obtém destes países no âmbito multilateral. Segundo Visentini (2011)

O desenvolvimento econômico chinês e o fim da Guerra Fria foram determinantes para as relações entre a China e a África. Até então, a política externa chinesa para o continente negro baseava-se na antiga disputa ideológica, primeiramente com os Estados Unidos e as potências coloniais europeias, e, depois, com a União Soviética. Assim, a China buscava parcerias que convergissem com sua posição conjuntural, bem como uma diplomacia de prestígio. Quando o país distanciava-se da URSS, aliava-se com aqueles que fossem contra a infiltração do bloco soviético no continente, como em uma tentativa de polarizar o sistema internacional de uma forma mais intensa. Assim, durante a década de 1980, houve um decréscimo nas relações sino-africanas, pois muitos acreditavam que a China não precisa da África como das potências ocidentais para edificar seu próprio fortalecimento econômico. (VISENTINI 2011, p. 139)

É notável que a diplomacia chinesa ganhou projeção a partir da década de 1980 com Deng Xiaoping e seus ideais para o país, pois através de uma postura política assertiva, a China conquistou novos mercados e aliados. Para Medeiros (2008, p.13) “a rapidez com que as relações comerciais e financeiras com a África se desenvolveram, a expansão do comércio com a América latina e a internacionalização das grandes empresas estatais petrolíferas são os fatos mais evidentes”. Embora Mao Zedong seja celebrado como o grande líder da nação chinesa, a relevância política e diplomática que Deng Xiaoping trouxe à China é maior, visto que a partir desse período o relacionamento do governo para com outras regiões se constitui e se intensifica. Para Visentini (2011)

enquanto sua projeção para a Ásia Central se tornou mais complicada pela Guerra ao terrorismo comandada por Washington, Beijing simplesmente aprofundou com intensidade a internacionalização de sua economia para a África e América Latina. (VISENTINI, 2011, p. 139)

O fato da política chinesa ter como princípio a não ingerência tornou possível relacionar-se com países que o ocidente geralmente condena por questões ideológicas e políticas. Como destaca Alves (2010, p. 27) “isto traz uma enorme vantagem para as firmas chinesas, que acabam enfrentando pouca concorrência nas disputas por campos de exploração de petróleo, minas etc”, aproveitando assim o espaço deixado pelas grandes potências. Como em outras regiões periféricas, o relacionamento sino-africano é fortemente atrelado a questões econômicas, pois como com as regiões da América Latina e Ásia, a abundância de recursos naturais dita as premissas do relacionamento entre os atores. Em termos políticos, a criação do FOCAC, Fórum de Cooperação China-África em 2000 reafirma o interesse de Pequim no continente.

O fórum surge para coordenar a cooperação sino-africana, no sentido de reaproximação devido aos interesses econômicos chinês. A questão comercial ganhou força no relacionamento do continente para com a China e a partir disso, fez com que outras áreas, como a política e cultural fossem ganhando espaço, através do uso da cooperação Sul-Sul como meio de diversificar os negócios chineses. O fórum inaugurado em 2000, na presidência de Jiang Zemin contava com mais de 80 ministros chineses, além de representantes de 40 países africanos onde a reunião traçou os objetivos para uma relação longa e estável (FOCAC, 2004).

Na primeira declaração do fórum, constam como objetivos a cooperação nos setores econômico, financeiro, médico e saúde pública, científico e tecnológico, meio ambiente, turismo, cultural, entre outros (FOCAC, 2009a). Assim, os demais encontros realizados no âmbito do fórum continuaram atualizando os desejos de cooperação por parte da China com a África e vice-versa, como no plano 2004-2006 onde a China se comprometeu a fortalecer o desenvolvimento de recursos humanos e a capacitação de funcionários africanos, além do aumento do intercâmbio entre pessoas com a África (FOCAC, 2009b). Conforme Montenegro e Alves (2016) a realização deste fórum permanente serviu para fazer pressão a ONU, pois no documento da primeira reunião a China pede o reconhecimento da África como membro do Conselho de Segurança.

Em 2006, outro aspecto veio fortalecer o relacionamento, tendo em vista que “esse ano foi definido como o “Ano da África” pelo governo chinês, marcando os 50 anos do estabelecimento das primeiras relações diplomáticas com um país do continente: o Egito, em 1956” (MONTENEGRO; ALVES, 2016, p. 158). Além de

diversos encontros realizados, o fórum demonstra ser um mecanismo eficiente para o diálogo, pois a política chinesa para a África não cessa e parecer ter forças para continuar aprofundando a relação. Como é conhecido da postura chinesa, esta propõe ajuda sem pedir garantias em troca, apostando com risco em regiões historicamente exploradas pelo capitalismo ocidental.

Este fato colabora para a intensificação do relacionamento com o continente africano, pois a China demonstrou ser um parceiro diferenciado dos demais até então já que “os organismos internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), sempre condicionam empréstimos a medidas de ajuste econômico restritivo e choques de gestão [...] que comprometiam a governabilidade dos estados africanos” (VISENTINI, 2011, p. 140). Assim, Pequim representa ganhos para a região africana que ganha maior visibilidade no cenário internacional devido a parceria chinesa, além de se desvincular da exploração ocidental.

De fato, a política externa chinesa alcançou diversas áreas do continente africano “do turismo em Serra Leoa, passando pelas fábricas de motos em Gana e chegando às refinarias de petróleo no Sudão, os investimentos chineses na África têm se expandido em ritmo muito acelerado” (CARMODY; WOUSU, 2011, p. 236). Isto acontece no sentido de abranger os espaços vazios que os EUA e as grandes potências deixaram na região. Conforme destaca Fiori (2007, s/p) sobre o envolvimento chinês “África Sub-Sahariana está se transformando na grande fronteira de expansão econômica – e talvez, também, política e demográfica – da China e da Índia, nas primeiras décadas do século XXI”. A percepção do governo chinês, desde o início dos anos 1990, foi de que a região representava ganhos estratégicos e assim traçou estratégias geopolíticas para questionar o perfil de *hegemon* dos Estados Unidos no sistema internacional (CARMODY; WOUSU, 2011).

Logo, as questões econômicas permeiam a política do dragão asiático, que tem no continente africano parceiros vitais para a continuação de seu desenvolvimento galopante. Entretanto, o crescimento da presença chinesa suscita questionamentos sobre quais resultados a longo prazo resultaria para a África, pois a pauta exportadora dos países poderia constituir uma nova forma de subdesenvolvimento, amarrando os Estados a uma forma de produção e especialização que não permite vincular seu crescimento econômico a outros aspectos. Conforme Ouriques (2015) a questão das *commodities* representa uma análise ambígua, pois da mesma forma que atrela o

desenvolvimento da região a produtos suscetíveis a variação de preço no mercado internacional, representa expansão monetária para os países no relacionamento sino-africano, visto o aumento do preço dos produtos devido a demanda chinesa.

Assim, conforme há questionamentos do real significado da ação chinesa no continente, não se pode negar os ganhos que a mesma trouxe para os países africanos. Os ganhos ressaltados por Ouriques (2015, p. 43) são “[...] investimentos em infraestrutura, apoio à Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e cancelamento do pagamento de dívida externa” além de acordos comerciais de longo prazo num fluxo intenso de investimento direto. Somando a esses fatores, o que pode ser considerado uma vantagem ao relacionamento é a postura de não ingerência da diplomacia chinesa, possibilitando assim que países contestados pelo ocidente tenham com quem se relacionar. De acordo com Alves (2017) isto serve para que a China não tenha grandes concorrentes nessas regiões contestadas, o que logicamente representa vantagens para o governo chinês.

O relacionamento beneficia áreas precárias dos Estados africanos, como a infraestrutura escolar e hospitalar, além de permitir que a economia destes Estados não fique tão atrelada aos mecanismos de ajuda internacional. Visentini (2011) usa o termo “novíssima China” para enfatizar que atualmente, o poder de alcance chinês é massivo e traz oportunidades para as regiões consideradas terceiro-mundistas. Desta forma, ele acredita que as relações estabelecidas são irreversíveis e embora não pretenda confrontar diretamente Washington, caracteriza mudanças no sistema internacional que cada vez mais chama a atenção dos outros Estados. Ademais, cabe ressaltar que os usos de “coexistência pacífica” e “ascensão pacífica” são fatores significantes para a primazia chinesa nos relacionamentos periféricos, usando artifícios de *soft power* na retórica que permite construir laços com os demais países.

2.4 - Coexistência e desenvolvimento pacífico: *soft power* chinês

A pacificidade chinesa é uma característica antiga, que acompanha o Estado desde o princípio de sua formação, passando pelas dinastias até a República Popular em 1949 e os dias atuais. De acordo com Martins (2006, p. 41) “o conceito de ascensão pacífica está intimamente ligado à cultura e à história da China”, estando ligado também a Confúcio e sua filosofia de vida, que tem grande influência sobre o

povo chinês. Sobre o confucionismo, Campos Neto (2016) salienta que o pensamento visa construir uma vida equilibrada e ordeira, de forma a existir um povo feliz. Os ensinamentos foram ganhando espaço ao longo do tempo, o que serviu para construir uma sociedade baseada no pensamento de harmonia e obediência, visto que seus textos passaram a fazer parte da burocracia chinesa. Como Kissinger (2011, p. 32) ressalta “sua filosofia buscava a redenção do Estado mediante o comportamento individual correto”.

Como Junior explica (2013), é a partir dos Analetos escritos por Confúcio que a cultura e o pensamento político chinês são construídos, pois “o confucionismo foi transformando em uma espécie de lei do mandarinato cristalizando-se como a filosofia de Estado” (JUNIOR, 2013, p. 125). Entende-se então que o confucionismo foi determinante para a construção dos argumentos de “coexistência pacífica”, “ascensão pacífica” e “desenvolvimento pacífico”, por isso a retomada histórica se faz necessária, no que ajuda a entender os recursos utilizados atualmente, como forma de *soft power*. Para Martins (2006)

Ainda que os governantes chineses tenham tido, ao longo da sua história, comportamentos mais violentos, nomeadamente lutando contra ataques dos povos nómadas do Norte, o relacionamento pacífico com o exterior predomina, como o demonstram o sistema dos reinos tributários, o contactos desenvolvidos através da Rota da Seda e as viagens do almirante Zheng He. (MARTINS, 2006, p.41)

Segundo Martins (2006), a história chinesa é marcada por ações visando a coexistência pacífica entre seus vizinhos e seus parceiros comerciais, como forma de proteger o território chinês. Para Pinto (2005) isso está atribuído ao fato de que os imperadores chineses consideravam todo território ao seu redor como seus por direito, por tanto estendiam sua influência a partir de uma visão sinocêntrica do mundo. Assim, o pensamento chinês baseava-se em alguns princípios e dentro destes, destaca-se “[...] à percepção chinesa de que o mundo – dentro dos limites então alcançáveis – poderia ser governado de forma harmoniosa e pacífica, como uma sociedade ideal, sob o mando de um imperador virtuoso” (PINTO, 2005, p. 3). Esses exemplos demonstram que o conceito de paz está presente na sociedade chinesa desde muito cedo, influenciando o modo de vida, os posicionamentos políticos e ditando o comportamento nas questões internacionais, baseados nas normas confucionistas.

A China, assim como os demais países que aspiram poder no sistema internacional, usa de artifícios para aumentar seu alcance global. Para conquistar novos parceiros e disseminar a cultura chinesa, Pequim utiliza o *soft power* para tais façanhas, exemplificado através dos conceitos de coexistência pacífica e ascensão pacífica por exemplo. Joseph Nye é o grande pensador a respeito do *soft power* e sobre esse termo, Jeffrey Haynes (2016, p. 44) explica que “refere-se à capacidade de uma entidade, comumente, mas não necessariamente o Estado, de influenciar o que os outros fazem através da persuasão, não por forças ou ameaças”.

É compreensível então que a estratégia chinesa esteja baseada no *soft power*, pois “como seu *hard power* não permite à China contestar o poder do *hegemon*, Beijing é obrigado, então, a usar métodos mais soft e menos suscetíveis a causar um “choque frontal”, extremamente danoso para um poder emergente” (DUARTE, 2012, p. 505). Sendo assim, os conceitos são utilizados com o intuito de facilitar a relação do Estado chinês com os demais países do sistema, aproximando-se sem constituir uma ameaça a soberania ou a política interna dos Estados.

No período da Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953, o então primeiro-ministro chinês Zhou Enlai criou o conceito dos “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”, como forma de demonstrar que os demais países não precisavam temer a China. A partir desse momento, sua diplomacia se caracteriza de maneira diferenciada em relação aos outros Estados do sistema. Os princípios significam o respeito pela soberania, a não agressão, a não ingerência, a reciprocidade e a igualdade e coexistência pacífica entre os Estados. Esses princípios surgiram para apoiar o posicionamento chinês de política externa, além de ajudar nos conflitos territoriais que a China enfrentava nas suas fronteiras. Segundo Junior (2013), os cinco princípios da coexistência pacífica permitiram ao país fazer uma reaproximação com os Estados Unidos em 1970 como forma de sair do isolacionismo que iniciou na metade da década de sessenta.

Os princípios serviram para que a China, comunista, fosse aceita novamente no sistema internacional. Depois das fases de isolacionismo e política interna errante, em que o mundo estrangeiro não via com bons olhos, os cinco princípios ajudaram o país a ganhar relevância no cenário internacional. Segundo Cardoso (2017, p. 19) “no governo de Deng Xiaoping, a política externa chinesa se baseava no conceito do *softpower* e nos cinco princípios da coexistência pacífica [...]” permitindo ao governo

demonstrar que o Estado chinês não queria forçar sua ideologia política a nenhum outro Estado. De acordo com Cardoso (2017)

Essa nova estratégia chinesa gerou um aumento de interação da população chinesa com outros países. Um fluxo grande de emigrações tomou conta do país, com famílias buscando melhores oportunidades fora e muitos estudantes buscando faculdade em outros países, resultado da entrada de culturas e tecnologias estrangeiras. Esse intenso intercâmbio comercial e cultural com o mundo, onde chineses exportaram suas tradições, culinária, língua, etc., aumentou significativamente o *soft power* do país. (CARDOSO, 2017, p. 19)

O dragão chinês foi então avançando no concerto de Estados como um país pacífico, com o objetivo de se relacionar de forma justa e sem polêmicas, baseando seu desenvolvimento interno numa política externa movimentada. Fez isso com o auxílio do *soft power*, principalmente em relação aos países do sul do mundo. Segundo Pecequillo e Carmo (2014), o processo da ascensão pacífica está centrada em dois pilares: político e econômico. O primeiro tem início como já citado anteriormente em 1970 enquanto que o econômico tem o ponto de partida nas Quatro Modernizações de 1978. De acordo com Duarte (2012, p. 514) “o fato de que Beijing se comprometeu, em 2006, a criar um fundo de desenvolvimento para a África e perdoar o débito africano de 1,4 bilhão de dólares atesta o vigor do *soft power* chinês”.

O uso do *soft power* como política externa é empregado em maior escala nos países em desenvolvimento e periféricos, como as regiões da América Latina, África e Ásia. Segundo Duarte (2012) ações como bolsa de intercâmbio estudantil, oferta de cursos de mandarim e o próprio Instituto Confúcius, criado pelo Ministério da Educação da RPC, são formas de *soft power* e cada vez mais esses recursos estão se espalhando pelos países. Os princípios que o governo chinês carrega como não interferência e relacionamento pacífico, sem explorar seus parceiros político e econômicos demonstra a importância do posicionamento para lograr sucesso na arena internacional. Para Cardoso (2017, p. 14) “o *soft power* traz a cultura, valores políticos e a política externa de um país como novas dimensões para as relações internacionais, estas não dependentes do *hard power*” ou seja, postura adotada pela China no seu plano de “*going global*”.

O conceito de ascensão pacífica surge no governo de Hu Jintao, criado por um estudioso muito próximo ao presidente. Ele foi criado em 2003 segundo Martins (2006) quando o partido comunista conversava sobre quais posturas adotar no novo milênio

para continuar seu crescimento econômico. O conceito então criado por Zheng Bijian foi apresentado no Foro Boao para Ásia, que em 2004 mostrou a Ásia e aos demais países do sistema que Pequim não representava uma ameaça ao concerto de Estados. Segundo Pecequillo e Carmo (2014, p. 44) “a China não pretende seguir o caminho da Alemanha ou do Japão anterior à Segunda Guerra Mundial, que buscavam conquistar recursos através do uso da força e almejavam a hegemonia” e esses aspectos são encontrados em seu discurso de uma forma ou outra desde o reposicionamento político ocorrido com Deng Xiaoping a partir de 1978.

Conforme a política externa chinesa foi avançando e uso destes conceitos surtindo efeito, essas ações se perpetuaram no sentido de firmar novas parcerias e acalmar os ânimos daqueles que olhavam desconfiados para o país. Para Martins (2006, p. 42) “a característica dominante da sua política externa é a pacificidade. [...] Chou En-lai sugeriu a coexistência pacífica como guia para o relacionamento com o exterior, através dos cinco princípios”. Assim, a atribuição a Zhou Enlai revela a importância do primeiro-ministro e sua visão de política externa para que a China alcançasse alto nível de desenvolvimento no sistema internacional, alargando sua área de atuação e o relacionamento com os demais países.

Isto não significa que o Estado não use recursos conhecidos como *hard power*, definido por Martinelli (2016, p. 68) como “o Hard Power como um todo, pode ser entendido como algo direto e mais perceptível por conta de suas ações concretas”, destacando o emprego da força no âmbito militar e econômico. Conforme Cardoso (2017, p. 15) elucida “se utilizar do *soft power* não significa deixar de lado o uso da força, mas sim deve-se achar o equilíbrio entre os dois. Segundo alguns analistas chineses, os dois poderes são mutuamente complementares um ao outro”. Assim, foi escolhido pela China trabalhar conceitos que combinassem com seu perfil baixo, onde atualmente os conceitos trabalhados por Pequim existem para servir o país no sistema internacional. De acordo com Pecequillo e Carmo (2014, p. 42) os conceitos “refletem tanto os novos desafios incorporados à agenda internacional chinesa como o esforço das novas lideranças de contribuir para a reflexão sobre o novo momento” ao passo que a China não pretende confrontar diretamente ninguém.

Dessa forma, a política externa chinesa para os países periféricos, em especial para a América Latina, utiliza da coexistência pacífica para estabelecer vínculos com as regiões. Assim, Pequim procura reafirmar a China como um Estado relevante no

sistema internacional que se utiliza da cooperação Sul-Sul para intensificar sua política e abranger aquelas regiões que figuram como segundo plano dos Estados Unidos. A abertura chinesa ocorrida a partir Deng Xiaoping faz com que uma nova realidade seja forjada em termos de cooperação, ressignificando a relevância da América Latina para o dragão asiático.

3- A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO RELACIONAMENTO SINO-LATINO-AMERICANO NAS DÉCADAS FINAIS DO SÉCULO XX

3.1 Os impactos da política de abertura chinesa para a América Latina

A interação entre o povo chinês e os latino-americanos começou desde muito cedo segundo dados históricos. “Os primeiros registos históricos comprovados situam o início das relações entre a China e América Latina no século XVI, com o comércio entre o Império do Meio e o México e entre o Macau e o Brasil [...]” (RODRIGUEZ, 2016, p.19). Posteriormente, foi estabelecido contato com outros países da região, como comenta Iglecias (2015, s/p) “entre fins do século XIX e o início do século XX a China estabeleceu relações diplomáticas com várias nações latino-americanas, como Peru, Brasil, México, Cuba e Panamá”. Porém, esta relação ganhou expressividade partir da formação da República Popular em 1949 e apenas com a mudança de líder em 1978 é que se intensificam as relações políticas-diplomáticas.

A partir do governo de Deng Xiaoping no final da década de 1970, a China começou a avançar no sistema internacional, fortalecendo sua política externa principalmente frente aos Estados Unidos da América e ao modelo político-econômico que este passou a representar desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Devido a retomada das relações diplomáticas com os EUA, a China passou a se abrir para os países periféricos e conseqüentemente também para os países da América Latina. Durante esse período cresceu o interesse na região latino-americana, visto a abundância em recursos naturais que o continente oferecia, satisfazendo as necessidades chinesas para o desenvolvimento. Conforme Becard e Luz (2010)

Com a détente sino-americana, a China teve sucesso em estabelecer relações diplomáticas com grande parte dos países da América Latina, as quais, a partir de então, foram conduzidas independentemente das características políticas dos Estados, ao contrário do que se praticava ainda na década precedente (BECARD; LUZ, 2010, p. 82).

O movimento de abertura diplomática para com os países da região já tinha sido iniciado por Mao Zedong logo na virada da década de 1970, segundo Rodriguez (2016, p. 21) com o estabelecimento de relações “com 11 países da América Latina e do Caribe: com o Chile, o Peru, México, a Argentina, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago, Venezuela, o Brasil, Suriname e Barbados”. Assim, restou a Deng Xiaoping

melhorar o relacionamento entre esses países e o Estado Chinês e buscar através da economia fortalecer os laços. Como a China permaneceu por vários anos fechada ao exterior, o sucessor de Mao abriu o país a fim de melhorar seus aspectos econômicos, estabelecendo um relacionamento político-diplomático com o maior número de parceiros possíveis.

Devido a distensão entre EUA e China, a decisão de abrir-se ao mundo resultou para o Estado chinês no encontro de novos parceiros, que no caso da América Latina, não estavam mais no rígido atrelamento ao modelo político dos norte-americanos. Assim, conforme Iglecias (2015) elucida, esse momento foi propício para reatar laços políticos, abrir embaixadas e realizar uma maior aproximação entre as regiões. Este movimento permitiu a China dinamizar suas interações no sistema internacional, agregando novos parceiros em vista de desenvolver sua economia. A política externa chinesa primou nesse momento por incrementar a relação com a América Latina através de visitas diplomáticas e acordos nas mais diversas áreas.

O termo “reforma e abertura” utilizado para caracterizar o início do governo de Deng Xiaoping, sinalizou o novo perfil da política externa chinesa, mais assertiva e pragmática do que antes. Para Kissinger (2011, p. 327) “assinalando uma ruptura com a ortodoxia maoísta, o Comitê Central aprovava políticas de “modernização socialista” pragmáticas, ecoando as Quatro Modernizações de Zhou Enlai”. Assim, o período inicial de Deng Xiaoping no poder representou mudanças significativas tanto nas questões internas do país quanto no relacionamento da China com o mundo, menos atrelada aos paradigmas ideológicos e mais preocupada em ganhos estratégicos. Ademais, o lugar reservado para a América Latina no governo chinês pode ser entendido pela ótica da cooperação Sul-Sul e dos ganhos econômico-comerciais que poderia resultar dessa aproximação (BECARD, 2011).

A adoção de uma nova política visou sair do processo de estagnação em que se encontrava o Estado chinês ao fim da liderança de Mao. Segundo Kissinger (2011, p.385) “no início da década de 1980, o planejamento central continuava a ser o modus operandi de todas as sociedades comunistas” o que representava uma situação no mínimo complicada para a sociedade chinesa, visto a escassez de alimentos, a baixa instrução educacional, entre outras. Como característica da planificação central de uma economia, não havia inovação tecnológica nem incentivos a mesma, fatores que

impulsionaram o objetivo de Deng Xiaoping de mudar a postura político-econômica do país.

Neste novo cenário de abertura econômica, a política das Quatro Modernizações veio para alcançar os novos objetivos da política externa chinesa, que eram a modernização e o desenvolvimento do país (RODRIGUEZ, 2016). Deng trouxe para seu governo uma visão de modernidade (KISSINGER, 2011) que era necessária para aumentar o desenvolvimento interno do país e conseqüentemente melhorar os aspectos externos. Ao contrário de Mao Zedong, o novo líder desafiou a população chinesa a superar o atraso através da ciência e tecnologia e da educação, buscando um caminho diferente ao da exaltação ideológica para o progresso.

A chamada política das Quatro Modernizações foi um ponto importante para o desenvolvimento do país pois representou quais diretrizes deveriam ser seguidas visando encontrar o mundo desenvolvido (KISSINGER, 2011). Segundo Jaeger (2015, p. 22) estas “representam a busca do crescimento econômico almejado pelo país. Os quatro setores contemplados - indústria, agricultura, forças armadas e ciência & tecnologia - passam a ser privilegiados por políticas governamentais”. Entende-se então que a guinada na política externa chinesa a partir de 1978 possibilitou aproximar a China da América Latina.

A intenção de Deng ao construir a política das Quatro Modernizações foi levar a China aos diversos cantos do mundo, num contexto em que qualquer novo parceiro era considerado. Para tanto, o líder chinês passou a inserir o Estado em fóruns e organismos internacionais e buscou uma aproximação político-econômica sem dar atenção aos aspectos ideológicos que cada país possuía (MENDONÇA, 2009). Nesse sentido, a América Latina e a China “aprofundaram uma relação de compreensão recíproca, contribuindo para o estabelecimento de vínculos diplomáticos entre China e alguns países da região durante a mesma época” (RODRIGUEZ, 2016, p. 22).

Na década de 1980, o relacionamento entre o Estado chinês e a região foi ganhando espaço, o que ajudou a reforçar os laços da América Latina para com a China. Nesse sentido, o governo de Deng Xiaoping foi diferente do governo de Mao, pois entendeu a relevância estratégica e econômica que a região latino-americana representava. Assim “em 1984, a passagem do Ministro das Relações Exteriores Wu Hsueh-chien por México, Venezuela, Argentina e Brasil levou, por exemplo, à assinatura de acordos de cooperação nuclear com estes dois últimos países [...]”

(BECARD; LUZ, 2010, p. 83). Isto pode ser entendido como uma clara demonstração de interesse em estreitar laços com os países da América Latina. Para Cesarin (2007)

Throughout the 1980s, the relationship mainly consisted of bilateral political contacts and cultural exchange programs. China—a transitional economy—was less economically relevant for policy makers in LAC, who were confronting more complex issues, including a foreign debt crisis and the domestic challenges of the democratization process. However, by the end of the decade, China’s impressive economic performance opened new ways to expand the relationship. (CESARIN, 2007, p. 17)⁴

O governo chinês primou na década de 1980 por um relacionamento com os países latino-americanos construído “através de diferentes vias: intercâmbio de delegações, organização de seminários, conferências sobre assuntos de interesse comum, participação em congressos, cerimônias de cada partido, etc.” (RODRIGUEZ, 2016, p. 22). Beijing passou então a incrementar o relacionamento com a região, primando questões econômicas, o que se refletiu nas visitas e acordos propostos durante esta década. Nesse sentido, a visita presidencial de Sarney a China em 1988 “durante a qual o Brasil assinou um acordo sobre satélites de comunicação foi vista como amostra do caráter estratégico que se pretendia conceder às parcerias sino-latino-americanas a partir de então” (BECARD; LUZ, 2010, p. 83).

De acordo com Rodriguez (2016), esse período foi importante para o relacionamento sino-latino-americano, pois os princípios estabelecidos ajudaram a consolidar a parceria entre a América Latina e a China. Tais princípios, segundo Rodriguez (2016, p.22) “consistiam em estreitar e fortalecer as relações políticas, procurar a igualdade e benefício recíproco, intercâmbio de produtos de mútuas necessidades e desenvolvimento conjunto, explorando e abrindo novos canais”. Esse esforço pode ser entendido também pelo apoio que muitos países da América Central despendiam a Taiwan, sendo então uma forma da China ganhar espaço frente ao oponente na região.

É notória a relevância que o relacionamento político sino-latino-americano ganhou com Deng Xiaoping, numa estratégia de avançar em regiões que muito foram

⁴ Durante a década de 1980, a relação consistia principalmente em contatos políticos bilaterais e programas de intercâmbio cultural. A China - uma economia de transição - era economicamente menos relevante para os formuladores de políticas da ALC, que enfrentavam questões mais complexas, incluindo uma crise da dívida externa e os desafios internos do processo de democratização. No entanto, no final da década, o impressionante desempenho econômico da China abriu novas maneiras de expandir o relacionamento (tradução nossa).

exploradas pelo velho capitalismo ocidental e que buscavam novas parcerias, onde através de um relacionamento político-diplomático não ingerente, o governo chinês soube ganhar espaço. A partir de uma visão Sul-Sul a política chinesa se aproximou de países como Brasil e Chile em função dos ganhos econômicos que a relação representava, bem como em função da abertura que vinha promovendo.

Nessa fase, alguns fatores que serviram para manter certo distanciamento entre as regiões perderam força, como a proeminência norte-americana e a distância geográfica, o que possibilitou estreitar o relacionamento. A premissa da cooperação entrou como parte importante no desenvolvimento econômico chinês e possibilitou realizar uma aproximação da China para com os países do Sul global, como as regiões da América Latina e África. Ademais, a abertura chinesa vivenciada a partir da liderança de Deng Xiaoping possibilitou uma ação conjunta dos países conhecidos como parte do Terceiro Mundo frente as discrepâncias com o Norte industrializado.

Para Pecequillo e Carmo (2014) a China utiliza a cooperação Sul-Sul como retórica no sentido de provar ser uma nação do Terceiro Mundo, experimentando os mesmos percalços de desenvolvimento que as demais regiões. Desta forma, a identificação que ocorre dos países periféricos para com a política chinesa se explica num conjunto de fala, ação política e econômica. Enquanto os EUA parecem perder relativamente sua histórica influência na região sul do continente, a China consolida sua interação, sem confrontar diretamente o país norte-americano. Nesse sentido, Pautasso (2011, p. 59) afirma que “o movimento de fortalecimento das relações Sul-Sul favorece a inserção internacional dos países emergentes, enquanto para os países centrais tal movimento representa a perda relativa de poder”.

A partir dos anos 1990, o relacionamento chinês para com a América Latina cresceu significativamente, mediante visitas e acordos oficiais que vão desde questões comerciais e econômicas, até de cooperação tecnológica. Nesse momento, a América Latina passou a ter maior destaque na política externa chinesa, que mediante o conceito de cooperação Sul-Sul alarga seu poder nas regiões periféricas do sistema. Erler Pedrozo (2016, p. 110) expõe que “a partir de 1990 as relações começaram a se intensificar. O primeiro-ministro Li Peng participou da Rio-92 e manteve conversações de alto nível com Brasil, Cuba, México, Argentina, Chile, Peru [...]”.

Houve então uma rápida expansão da política chinesa na região latino-americana, visando tanto recursos naturais para fomentar seu crescimento econômico e seu alcance global quanto apoio político em fóruns multilaterais. Esses aspectos fazem parte da política chinesa para a América Latina e para a África, como forma de ganhar prestígio, além de garantir recursos para o desenvolvimento interno do país. Ademais, é notório a primazia que as relações Sul-Sul ganharam na política chinesa no referido momento, já que conforme Costa Lima e Silva destacam (2016, p. 43) “houve uma importante reorientação no que diz respeito ao alinhamento internacional, no qual as relações verticais, ou centro-periferia, perderam primazia em favor da ampliação das interações horizontais ou Sul-Sul”.

Para os países latino-americanos essa intensificação no relacionamento significou uma saída ao modelo neoliberal que fracassou em arrumar economicamente a situação financeira da região. Costa Lima e Silva (2016, p.43) destacam “o declínio do projeto neoliberal, no final dos anos 1990, e a consequente ascensão de governos de esquerda nos países latino-americanos promoveram uma re colocação, pelo menos do ponto de vista político, da região”. A atuação chinesa na região possibilitou aprofundar a questão comercial, além de abarcar outras áreas (RODRIGUEZ, 2016).

Com as economias fragilizadas, a atenção chinesa para com os países surgiu como alívio e como uma nova forma de buscar o desenvolvimento da região subdesenvolvida. A grande aceitação da diplomacia chinesa na região, a luz das concepções de coexistência e ascensão pacífica, parece demonstrar que a política chinesa para a América Latina difere daquela praticada pelos EUA. Conforme Pini (2015) comenta, é evidente que o interesse chinês pelos EUA é maior do que pela América Latina e Caribe e por essa razão a busca pela aproximação da China com a região ocorre de maneira coletiva, como forma de não ameaçar a presença estadunidense na região.

Dessa forma, a parceria de Beijing com os países latino-americanos possibilitou criar consensos multilaterais e trabalhar as questões da região de maneira a utilizar a cooperação Sul-Sul como premissa. Muitos estudiosos destacam a valorização dada pela China à América Latina e nesse sentido, Rodrigues e Martins (2016, p. 98) apontam que “[...] diversos estadistas chineses reafirmaram a importância da América

Latina para a estratégia de política externa da China, cujos interesses econômicos e políticos passam a ser cada vez mais convergentes”.

Para Devlin (2007), os aspectos de cooperação entre China e América Latina se desenvolveram de forma expressiva a partir dos anos 1990, tendo em vista as visitas diplomáticas e acordos bilaterais. Nesse período, o sistema econômico passou por uma onda de globalização na economia, onde políticas neoliberais tomaram conta de boa parte das políticas econômicas dos Estados. A América Latina sofreu, assim como os demais países em desenvolvimento, com as diversas oscilações monetárias que causaram graves distúrbios internos em termos de economia e a cooperação sino-latino-americana representou ser uma saída plausível aos desarranjos causados pelo Consenso de Washington.⁵

Ainda sobre o posicionamento político da China para com a região, é possível analisar que a presença chinesa visa fortalecer o país frente Taiwan, que não abandona sua política de afirmação como governo legítimo. Segundo Pini (2015, p. 27) “os países que não reconhecem Pequim são excluídos dos grandes projetos de investimento chineses para a região, previstos para a casa dos US\$ 250 bilhões nos próximos dez anos, no “Plano de Cooperação para o quadriênio 2015-2019”. Dessa forma é possível atrair cada vez mais países para a zona de influência chinesa, isolando assim a ilha de Taiwan e restringindo seu poder no cenário internacional. Esta é uma forma que o Estado chinês encontrou para mudar as relações de poder no sistema internacional, procurando alcançar todas as esferas possíveis, sem qualquer imposição de obrigações.

No período entre o fim da década de 1970 e início da década de 1990 o impacto da abertura chinesa ao sistema internacional foi relativamente modesto para a América Latina. Deng Xiaoping voltou-se com maior força para os EUA, para a inserção chinesa em organismos internacionais e para as questões econômicas internas, enquanto houve com alguns países da América Latina encontros diplomáticos e acordos bilaterais com a o Estado chinês. Nesse sentido, a ação chinesa visou minar a legitimidade de Taiwan no território latino (LÉON-MANRÍQUEZ; ALVAREZ, 2014).

⁵ O Consenso de Washington foi formulado por especialistas norte-americanos em 1989 com regras que visavam promover o ajuste econômico de países em dificuldade, sendo adotado como a cartilha do FMI.

Thus China garnered support for its sovereignty claims in the “One China Policy” through the expansion of bilateral relationships with leading Latin American countries. These were strengthened through its involvement in a number of multilateral projects in the region, such as the signature of Protocol 2 of the Treaty of Tlatelolco in 1973 and the support of the Contadora Group’s peace negotiations in the 1980s. These episodes notwithstanding, China only fully engaged Latin America after the end of the Cold War. (LÉON-MANRÍQUEZ; ALVAREZ, 2014, p. 15) ⁶

A época pós-Guerra Fria ficou marcada pela intensificação da relação entre a China e a América Latina. Num cenário em que vários países passavam pela redemocratização e a China surgia como grande potência econômica no arranjo de Estados, foi mais factível uma aproximação entre essas regiões que buscavam o desenvolvimento econômico. Conforme Cesarin (2007), China e América Latina e Caribe estavam inseridos num contexto de crescente globalização onde economicamente a liberalização fazia parte da postura de ambas as regiões. Logo, a escolha chinesa de intensificar a relação com a região ocorreu num momento em que a China precisava de parceiros para afirmar suas ações internas e externas.

Para Rodriguez (2016) a década de 1990 também foi um momento significativo, visto que o apoio diplomático e os encontros políticos só aumentaram entre os líderes da América Latina e Caribe e o governo chinês. A atitude chinesa de buscar apoio e cooperação nos parceiros ao sul do globo pode ser entendida a luz dos acontecimentos de 1989 na praça de Tiananmen. Com os embargos e o repúdio internacional frente a postura chinesa a “América Latina exerceu um papel relevante nas restrições internacionais impostas à diplomacia China” (RODRIGUEZ, 2016, p. 23).

As questões econômicas possuíam grande relevância na política externa chinesa para a região, que buscava comprar *commodities* para fortalecer o boom do desenvolvimento interno chinês. Entretanto, outros aspectos da relação foram privilegiados e “cada vez mais, a partir dos anos 1990, não apenas o comércio, mas também a cooperação científica e tecnológica, passou a ocupar espaço crescente na política externa chinesa voltada para a América Latina” (BECARD; LUZ, 2010, p. 83).

⁶ Deste modo, a China conseguiu apoio para suas reivindicações de soberania na “One China Policy”, através da expansão das relações bilaterais com os principais países da América Latina. Estas foram fortalecidas através do seu envolvimento em vários projetos multilaterais na região, como a assinatura do Protocolo 2 do Tratado de Tlatelolco em 1973 e o apoio das negociações de paz do Grupo Contadora nos anos 80. Apesar desses episódios, a China só se envolveu totalmente na América Latina após o fim da Guerra Fria (tradução nossa).

Assim, a América Latina passou do campo econômico para o campo político em poucos anos, o que ajudou a consolidar o vínculo sino-latino-americano.

Como já mencionamos, a expansão da política chinesa para a América Latina durante os anos de 1990 foi reflexo da falha nas políticas neoliberais conduzidas pelo governo norte-americano. Com a decadência do Consenso de Washington abriu-se espaço para a criação do Consenso de Beijing⁷, que ficou refletido pelo adensamento de encontros político-diplomáticos entre chineses e latino-americanos, além é claro do intercâmbio comercial. Para Cesarin (2007) a China não buscou enfrentar diretamente a esfera de poder norte-americana na região, mas aproveitou o relativo arrefecimento do relacionamento para ganhos próprios utilizando a cooperação como base para o relacionamento.

Para entendermos de que forma a China se inseriu no continente latino-americano no período de 1990 a 2002, é necessário abordar o crescimento da relação entre a China e o Brasil. Como Beijing é hoje o maior parceiro econômico do Estado brasileiro, retomar a história entre eles se faz necessária para num contexto geral analisar a política externa chinesa para a América Latina.

3.2- A presença chinesa na América Latina: o estreitamento da parceria estratégica sino-brasileira (1992-2002)

A relação entre China e Brasil remonta desde muito antigamente, quando no século XIX chegou ao território brasileiro emigrantes para trabalhar em uma plantação de chá. Segundo Pasa (2016, p. 14) “os primeiros contatos entre Brasil e China remontam a 1879 quando, em busca de mão-de-obra, o governo imperial brasileiro deslocou uma missão ao gigante asiático”. No decorrer de 1880 alguns acordos foram firmados no sentido de aproximar os países, mas a distância era naquele momento algo que dificultava o estreitamento dos laços.

O surgimento da RPC foi um novo fator para a relação sino-brasileira. Logo em 1949 as relações foram rompidas por iniciativa do Brasil, com um discurso de combate ao comunismo para tal. A partir desse ponto tornou-se difícil a interação entre os

⁷ É o termo utilizado para explicar o desenvolvimento chinês e as oportunidades que o mesmo representa para países em desenvolvimento. Reflete as mudanças ocorridas no sistema internacional pós-Guerra Fria com o ressurgimento da China e a queda relativa dos Estados Unidos. Pode ser considerada uma alternativa de desenvolvimento seguindo o modelo econômico chinês.

países, devido a bipolarização do sistema internacional. Entretanto, uma fase merece destaque neste íterim de rompimento e reatamento das relações. A Política Externa Independente de 1960 a 1964, nos governos de Jânio Quadros e João Goulart buscou aproximar os dois países, como forma de superar o atraso econômico e social que o Brasil vivia. Posteriormente, o ano de 1974 marcou a nova tentativa de aproximação, quando houve a retomada das relações diplomáticas, em plena ditadura militar.

A primeira fase considerada do relacionamento é a da formação da RPC e segundo Becard (2011) se estende até 1974 com o reconhecimento diplomático, numa conjunção de objetivos para driblar o isolamento e aumentar o reconhecimento internacional. Dentro dessa fase houveram momentos de aproximação e afastamento, como a visita de João Goulart a China em 1961 e o rompimento da relação diplomática do Brasil para com a China em 1964, no início da ditadura brasileira. Em geral nessa fase não houve uma aproximação satisfatória entre a China e a América Latina e em especial com o Brasil, pois segundo Rosa (2013) a atenção do governo chinês era com a relação sino-soviética durante o governo de Mao Zedong.

Durante o período inicial da Guerra Fria o Brasil alinhou-se aos Estados Unidos, desfazendo então suas relações com o governo chinês por estar apoiando o lado ocidental da guerra. Ao longo dos anos 1960 a posição brasileira em relação aos Estados Unidos e conseqüentemente ao resto do mundo mudou, no que pode ser visto a partir da postura adotada por Jânio Quadros, no ano de 1961, de se aproximar novamente da China. Essa reaproximação foi pensada no sentido de levar o país a estabelecer relações com países menos explorados até então pelo governo brasileiro. Segundo Leite (2011), no período em que os presidentes Jânio e Jango governaram o país, ambos estabeleceram que o continente asiático era a área que o Brasil deveria procurar maior aproximação.

Assim, a China foi estabelecida como prioridade na iniciativa de alargar as relações comerciais brasileiras, o que fica visível nas visitas diplomáticas que ambos os países trocaram, além de acordos comerciais para fomento da economia. As relações sino-brasileiras nesse período se intensificaram no contexto da Política Externa Independente, notoriamente PEI, que atribuía poder a política externa para trazer desenvolvimento ao país. Este modelo de inserção no sistema internacional fora formulado por João Goulart e Jânio Quadros, influenciando diretamente a relação entre os países, embora por um breve período. Como versa Manzur (2014, p.183) “a

PEI é absoluta e inquestionavelmente ideológica: independentismo, universalismo e desenvolvimentismo eram ideias-força essenciais para a própria concepção da PEI”.

A PEI foi estabelecida para que os discursos ideológicos, em voga no centro da Guerra Fria, não atrapalhassem a política externa brasileira e a partir dessa premissa, o Brasil procurou se aproximar da China. Embora a ideologia chinesa não fosse igual a brasileira, o governo de Jânio Quadros entendia que o Estado chinês proporcionava maior ganho a relação, para alargar as opções de parceiro comercial do Brasil, do que possível perda pela ideologia adotada pelo parceiro (BECARD, 2011). Assim, a aproximação foi feita para que o Brasil ganhasse espaço no cenário internacional e lograsse novos parceiros comerciais independentemente da escolha ideológica destes.

Posteriormente, em 1974 durante o governo Geisel, são restabelecidas as relações diplomáticas do Brasil para com a China, tendo como marco a abertura de embaixadas em Pequim e Brasília. A diretriz do governo brasileiro na época era buscar parcerias com os países que pudessem representar vantagem ao Brasil, tomando uma posição de abertura em relação ao sistema internacional no período da ditadura. O alinhamento direto aos EUA não era mais visto como solução para os problemas econômicos e desenvolvimentistas do Brasil, já que durante a década de setenta o país norte-americano passou por relativa queda (LEITE, 2011). Essa é considerada a segunda fase do relacionamento sino-brasileiro, marcada pela fixação das bases da relação para a posterioridade (BECARD, 2011).

Nesse período, tanto a China quanto o Brasil concordavam em questões de cunho político como o Tratado de Não Proliferação de Armas, os problemas ambientais da acelerada globalização e levantavam a bandeira de uma nova ordem internacional, que desse atenção aos países fora do eixo norte. Dessa forma, a China foi escolhida para estabelecer relações comerciais e políticas com o Brasil, junto com vários outros países que também possuíam uma política externa livre e independente. Essa atitude de aproximação partiu do governo de Ernesto Geisel. Para Becard (2011, p.32) “tal relação deveria servir para afirmar a presença autônoma e aumentar o prestígio brasileiro no sistema internacional”. Destarte, através do pragmatismo responsável o então presidente militar flexibilizou a questão da ideologia para aumentar as possibilidades brasileiras.

Esse processo de abertura brasileira a novos parceiros pode ser entendido através da diplomacia universalista de política externa. Conforme Lessa (1998), o período da década de 1970 foi o ápice da construção universalista, o que proporcionou ao país angariar prestígio, aumentando assim seu grau de manobra no sistema internacional. Para o autor, o pragmatismo é a chave da política externa brasileira e no século XX foi o que se destacou da atuação diplomática. Ademais, os anos setenta não representaram para a relação sino-brasileira grandes conquistas além da retomada diplomática e de alguns acordos comerciais, dada as dificuldades que a distância geográfica e a falta de conhecimento sobre a realidade de cada um representavam.

No ano de 1978, Deng Xiaoping assumiu o posto de líder da nação chinesa e assim como representou um ponto de inflexão para o relacionamento com a América Latina, conseqüentemente impactou a relação com o Brasil. A postura do novo líder chinês de abertura ao sistema internacional casou com a política que o Estado brasileiro adotou a partir de Ernesto Geisel, que propôs uma abertura lenta e gradual da política brasileira. Assim, um novo período do relacionamento sino-brasileiro começa com a liderança de Deng Xiaoping, que mudou o rumo da nação chinesa ao buscar desenvolver o país de modo diferente do proposto por Mao Zedong. Destarte, logo em 1978 foi firmado entre os países o primeiro Acordo Comercial, que segundo Becard (2011), significou um aumento no grau de trocas comerciais entre os Estados a partir desse marco.

Para Mendonça (2009) as reformas ocorridas na China no período pós-maoísta são de caráter revolucionário, visto o impacto que as mesmas representam para as questões internas e externas do país. Como mostrou ser avesso a ideologia, Deng buscou através do pragmatismo relacionar-se com os países do sistema internacional na luta contra o imperialismo e as imposições dos países do centro. Ademais, o novo líder buscou através do multilateralismo⁸ se aproximar de outros países e assim ser capaz de fortalecer a economia chinesa que por décadas estava fragilizada (MENDONÇA, 2009). Nesse sentido, o ímpeto por modernização e avanço econômico

⁸ O multilateralismo além de um conceito, é uma estratégia de aproximação que os atores do sistema internacional dispõem para aumentar sua abrangência. Num mundo cada vez mais interligado, seu uso tem crescido e resultado em agrupamentos, como exemplo, o BRICS.

motivaram o novo líder chinês a procurar parceiros como parte do projeto das Quatro Modernizações (BECARD, 2011).

A política externa brasileira nesse período buscou parceiros que enfrentassem o mesmo problema de desenvolvimento, para que fortalecesse a posição desses países frente aos mais desenvolvidos e nesse sentido, a relação Sul-Sul foi privilegiada. A partir de então, a relação entre os dois países foi se consolidando, como a criação do programa *China-Brazil Earth-Resources Satellite (CBERS)*⁹ em 1988, que era uma cooperação tecnológica de desenvolvimento de satélites (HOLANDA, 2016), bem como o apoio declarado a entrada da China na OMC. No ano de 2002 um novo acordo a respeito do CBERS foi assinado para dar continuidade ao programa sino-brasileiro de satélites e assim continuam até os dias atuais alimentando esse programa espacial (INPE, 2018).

Durante a década de 1980, o relacionamento sino-brasileiro ganhou maior contorno tendo em vista a variedade de acordos firmados nas diversas áreas, como a científica e tecnológica. Para Becard (2011) durante a referida década os países fecharam um ciclo embrionário e passaram a relação para um novo patamar, onde a cooperação se tornou factível e a distância geográfica entre os países não representou empecilho frente a necessidade de parceria. Nesse sentido, a parceria estratégica que se tornou realidade no início dos anos noventa pode ser entendida como reflexo das relações mantidas na década anterior, explicitando o grau de confiança e entendimento entre os países.

Diferentemente da década de 1980, o início dos anos noventa marca um período de inflexão entre a China e o Brasil, que atingiu negativamente a relação entre as regiões. Os acontecimentos do final da década de 1980, como a inflação descontrolada e o aumento das contas externas na China foram responsáveis pela queda nas relações comerciais e no Brasil, com a eleição democrática de Fernando Collor de Melo após a ditadura civil-militar, a cooperação Sul-Sul perdeu espaço no âmbito político (PASA, 2016). A relação, no início da década de noventa segundo Biato Junior (2010, p. 62) “era de estagnação e perda de ímpeto” tanto na esfera política quanto econômica, conforme mostra a tabela abaixo.

⁹ Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres.

Tabela 1 – Relação comercial entre China e Brasil (1985-1991)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Exportações brasileiras	817	517	362	718	628	382	226
Variação	+80%	-36%	-30%	+99%	-13%	-40%	-41%
Importações brasileiras	413	289	298	83	128	169	129
Variação	+14%	-31%	+3%	-72%	+54%	+32%	-24%
Total	1.236	806	659	801	756	551	355
Saldo	+399	+228	+64	+636	+500	+213	+97

Fonte: Biato Junior, 2010, p. 51.

Segundo Biato Junior (2010, p. 53) “no início da década dos anos noventa, esgotava-se a estratégia dos governos Geisel e Figueiredo de sedimentar o intercâmbio comercial sino-brasileiro no binômio petróleo-siderurgia”. Este período foi de transformação para o Estado chinês, que passou a necessitar de mais *commodities* do que produtos industrializados, visto a forte economia que haviam construído, com uma boa base industrial. Apesar da mudança de foco chinês em relação as importações brasileiras, a partir de 1992 a relação ganhou novos contornos como a cooperação bilateral de satélites (BIATO JUNIOR, 2010). Nesse período, o governo brasileiro ressignifica a relação com o Leste asiático, dando maior atenção aos países da região no sentido da inserção internacional do Brasil (OLIVEIRA, 2006).

Os acontecimentos da Praça Celestial influenciaram a China a buscar outros parceiros para driblar as sanções impostas pelo governo norte-americano e países europeus. Nesse sentido, depois de um breve período em que a relação política foi afetada negativamente, houve a retomada no relacionamento diplomático com os países da América Latina e em especial com o Brasil, já que o governo chinês passou a buscar meios de fortalecer sua política externa frente ao cenário instável que foi o protesto, num cenário de fim da Guerra Fria e dissolução da URSS (HOLANDA, 2016). O Brasil demonstrou ser um bom parceiro devido ao seu tamanho territorial e a abundância de recursos naturais, que encaixou com as necessidades chinesas para manter o desenvolvimento.

A partir de 1993 o PCCh e a China ganham um novo líder, com Jiang Zemin assumindo o poder. Sua postura representou mudanças na política externa chinesa, o que para o Brasil significou maior interação política e diplomática. Seu governo perdurou até o ano de 2003 e este não realizou profundas mudanças na relação sino-brasileira, embora nesse período tenha ocorrido intensificação das visitas diplomáticas

e de parcerias. As questões que permearam seu governo segundo Rosa (2013), foram principalmente a retomada de Macau e Hong Kong a posse chinesa e a intensificação da abertura do país frente o sistema internacional. Segundo Rosa (2013)

el mandato de Jiang estuvo caracterizado por sus visitas al exterior, retomando a Europa, en especial países como Francia y España, además de haber estado en países como: Canadá, México, Marruecos, Argelia, Arabia Saudí, Israel, Autoridad Palestina, Egipto, Turquía, Sudáfrica, Chile, Argentina, Uruguay, Brasil, Cuba y Venezuela. (ROSA, 2013, p.9).¹⁰

Beijing procurou a região da América Latina para dar continuidade ao projeto econômico de desenvolver o país, reacendendo então as reformas implementadas por Deng Xiaoping. Dentro desse cenário, o Brasil foi escolhido por representar um novo mercado e novas fontes de capitais ao governo chinês (JUNIOR, 2010). Com um novo panorama surgindo no sistema internacional após o fim da Guerra Fria, a China se fortaleceu internacionalmente enquanto o Brasil seguiu uma via diferente. Conforme Pasa (2016) o Estado chinês não se atrelou ao neoliberalismo, mesmo com uma “economia socialista de mercado com características chinesas” e o Brasil deixou ser norteado pelas diretrizes da política norte-americana.

Um ponto que enriquece a relação entre os países foi o termo utilizado para caracteriza-la em 1993 com a expressão “parceria estratégica” dada no governo de Itamar Franco num encontro com o Primeiro Ministro chinês Zhou Rongji. Neste mesmo ano o presidente chinês Jiang Zemin prestou visita diplomática ao Brasil e assim as visitas foram se intensificando (ITAMARATY). Este termo serviu para dar caráter especial ao relacionamento entre os países, como forma de reforçar os laços e caracterizar relevância no sistema internacional, visto o cenário de isolamento que o Brasil se encontrava devido à crise econômica dos anos 1980.

As relações entre Brasil e China tiveram um expressivo incremento com vistas à formação do que se denominou “parceria estratégica” em setores de infraestrutura, energia e matérias-primas, indústria pesada e serviços de consultoria e engenharia. No quadro dessa formação, foi assinado, em novembro de 1993, um protocolo de intenção sobre o incremento do comércio bilateral de minério de ferro e sua exploração conjunta. Também foi formalizado um protocolo de cooperação para pesquisa espacial, no âmbito do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica (1982), no qual se destaca

¹⁰ O mandato de Jiang foi caracterizado por suas visitas ao exterior, retornando à Europa, especialmente países como França e Espanha, além de ter estado em países como: Canadá, México, Marrocos, Argélia, Arábia Saudita, Israel, Autoridade Palestina, Egito, Turquia, África do Sul, Chile, Argentina, Uruguai, Brasil, Cuba e Venezuela (tradução nossa).

o projeto sino-brasileiro de construção de satélites de sensoriamento remoto. (HIRST; PINHEIRO, apud PASA, 1995, p. 18).

O cenário inspirou confiança aos governos de que a relação lograria resultados positivos e num ambiente de incertezas sobre a nova ordem global pós-Guerra Fria, segundo Pasa (2016, p.26) “os países enxergavam suas relações com relativo otimismo frente às mudanças na arena global e, ainda, à iminência da ascensão de um novo milênio”. A China tinha em seu discurso o objetivo de impulsionar a abertura econômica através do terceiro-mundismo e possuía no Brasil um país que assim como a China, se baseia na não-intervenção e na autonomia para relacionar-se com os demais. Pode-se entender que essa aproximação entre os países derivou da abertura brasileira no período pós-ditadura, onde buscou ter acesso a novos mercados, levando a relação sino-brasileira a um novo patamar (OLIVEIRA, 2006).

Assim, a parceria estratégica visou abarcar novos campos do que o tradicional econômico, logo, os acordos bilaterais e fóruns multilaterais ganharam relevância em um sistema com novos atores rodeados de incertezas quanto ao rumo das relações internacionais. Nesse sentido, a China se voltou ao Brasil através da “própria cooperação científica e tecnológica com a intenção de superar as limitações ao acesso de insumos para o desenvolvimento” (GONÇALVES; BRITO, 2010, p.16). Mesmo que o relacionamento seja caracterizado por parceria, não há garantias de que haverá sempre acordo entre as partes pois “os países continuam agindo de acordo com seus interesses, no entanto faz parte desses interesses uma tentativa de maior concertação entre eles, do contrário esses países não firmariam uma parceria estratégica” (GONÇALVES; BRITO, 2010, p.18).

A experiência chinesa de se abrir ao mercado e construir uma economia diferenciada a partir de 1992, ainda com Deng Xiaoping, possibilitou que o relacionamento com o Brasil se intensificasse. Assim, a partir do segunda metade da década de 1990 os aspectos econômicos foram ganhando força para no século XXI ser o grande motor da relação sino-brasileira. Para Rosito (2016, p.90) “ressalte-se que talvez nenhum outro país em desenvolvimento ou emergente mantenha nível de interlocução formal com a China tão abrangente quanto o Brasil”, no que pode se considerar uma peça importante no fortalecimento das relações político-diplomáticas para China e Brasil.

O relacionamento inegavelmente se fortaleceu no período em que Jiang Zemin esteve no poder, o que pode ser entendido como um aprofundamento da abertura que Deng buscou. Através da cooperação Sul-Sul, os dois países intensificaram as relações bilaterais, no sentido de aproximar os espaços que o fim da Guerra Fria deixou, assim como fortalecer os países periféricos dos países do Norte. Assim, diversos acordos foram realizados entre 1993 e 2003, como a Parceria Estratégica, o apoio brasileiro à entrada da China à OMC, o lançamento do primeiro satélite CBERS-1 em 1999 (BIATO JUNIOR, 2010). Foi também no governo de Jiang Zemin, especificamente no ano 2000, que a relação bilateral alcançou a marca da China ser o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia (MRE, 2018?).

Os dados econômicos da relação bilateral entre China e Brasil durante a década de 1990 demonstram um adensamento da questão comercial. Logo, percebe-se como êxito o que os governos conquistaram em termos econômicos, como ressalta Pasa (2016, p.32) “o aspecto econômico e comercial das relações sino-brasileiras era, afinal, tratado como prioridade pelos oficiais de ambos os países”. Embora os anos posteriores a 2002 tenham marcadores econômicos mais chamativos, o período da década de 1990 é relevante para entender o aprofundamento da relação sino-brasileira no novo milênio visto que em termos de troca comerciais o Brasil passa a exportar volume significativo à China, além dos já mencionados acordos e visitas diplomáticas.

O governo de Fernando Henrique Cardoso deu continuidade ao de Itamar Franco no que diz respeito a aproximação com o Estado chinês. A política externa brasileira foi trocando gradativamente seu modelo de atuação, onde procurou abrir espaço para os países em desenvolvimento (BECARD, 2011). Nesse sentido, Oliveira (2006) concorda que o governo de FHC, que durou de 1995 a 2002 privilegiou a relação com o governo chinês, no sentido do universalismo da política externa brasileira. Através da cooperação Sul-Sul, o Brasil se aproximou do dragão asiático em vistas de agregar força nos fóruns multilaterais frente os países do Norte desenvolvido.

De acordo com Oliveira (2006) o final do século XX e início do século XXI marca a manutenção da relação entre Brasil e China, que ganhou nos últimos anos da década de 1990 um expressivo desenvolvimento econômico, o que refletiu na relação comercial com o Brasil. Assim, o final da Guerra Fria marcou mudanças no sistema

internacional que refletiram positivamente na construção da relação Brasil-China e possibilitou a aproximação entre eles. Para Becard (2011, p. 36) “a partir de 2000, registrou-se um forte crescimento da corrente comercial sino-brasileira, o qual pode ser explicado pelo fim do Plano Real [...] e pela superação da crise financeira na Ásia”.

Houve também no ano de 2002 visitas técnicas a China por representantes brasileiros para troca de conhecimento em diversas áreas, como a da agricultura e tecnológica. A virada para o século XXI representou um adensamento das relações nas mais diversas áreas do conhecimento, onde “identifica-se a priori três eixos centrais na parceria estratégica sino-brasileira: o político, o econômico e o científico-tecnológico que abarca as questões estratégicas e de segurança” (GONÇALVES; BRITO, 2010, p. 18). Ademais, o período de 2000 a 2004 representou um aumento no fluxo comercial da China para com o Brasil, alavancando as taxas de exportação brasileira (BECARD, 2011).

3.3 - A Cooperação Sul-Sul como mecanismo de aproximação aos países emergentes

A cooperação Sul-Sul traz luz ao comportamento dos Estados frente ao sistema internacional e as grandes potências, no sentido de unir forças para que suas reivindicações sejam ouvidas. Leite (2011) e Medeiros (2017) concordam que a Conferência de Bandung foi um marco histórico para a cooperação Sul-Sul, pois foi a primeira grande reunião de países do Terceiro Mundo com vistas a procurar uma realidade melhor para seus países. Assim, longe de grandes governos como os EUA e os Estados europeus, países menores, mas não menos importante puseram em discussão políticas para benefício da região terceiro-mundista, que estavam economicamente muito dos países do Norte, prejudicados por práticas desleais de comércio (MEDEIROS, 2017).

Na esfera econômica, a cooperação Sul-Sul proporcionou aos países emergentes maior espaço de barganha e um aumento considerável de prestígio, visto a relação Brasil-China na última década e os resultados econômicos que o Estado brasileiro obteve com essa relação. Para Pautasso (2011) a China é o grande exemplo de crescimento econômico que junto de países ao sul como Brasil e África do Sul vem mudando a realidade comercial do sistema, além de ser um novo elemento de poder.

Assim, o entendimento sobre cooperação Sul-Sul se baseia segundo Medeiros (2017) que

mesmo que contendo no discurso um elemento ideológico ou normativo, abordagens semelhantes também destacam que a CSS é uma estratégia política mais efetiva para adquirir poder e barganhar em negociações internacionais e nas disputas de poder globais. (MEDEIROS, 2017, p. 6).

Retomando histórica e conceitualmente, a década de 1960 foi de relativa importância para a cooperação Sul-Sul segundo Leite (2011), por ter sido realizada a Conferência Das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD em inglês) em 1964. Esse momento propiciou que países emergentes debatessem sobre a realidade comercial enfrentada a época, bem como outras dificuldades que países industrializados impunham ao desenvolvimento de regiões como a América Latina e o Leste Asiático. Ademais, possibilitou que a China, no ímpeto da modernização, realizasse a abertura econômica mais tarde, através do alargamento dos laços político e econômico com várias nações em desenvolvimento, assemelhando suas reivindicações.

Há outros marcos importantes sobre a consolidação da CSS, como a criação do G-77 nas Nações Unidas, a Conferência de Buenos Aires e seu Plano de Ação sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, a celebração do Primeiro Fórum de Cooperação China- África em Beijing, o Fórum IBAS em 2003, entre outros (MILANI, 2012). Essas conferências e fóruns demonstraram a ambição dos países emergentes em trazer para a pauta reivindicações de caráter político-econômico, dada a necessidade de desenvolvimento e interação entre parceiros com as mesmas dificuldades.

A transição econômica sofrida pela China com a liderança de Deng Xiaoping representou aos países do Sul maior espaço para diálogo, no que demonstrou ser uma oportunidade para sair da rigidez político-econômica que a bipolaridade impunha aos países do então Terceiro Mundo. Essa postura da política externa chinesa pode ser entendida “pelo fracasso das políticas de desenvolvimento ditadas pelos países centrais do ocidente, a China coloca o seu caminho de desenvolvimento econômico como o mais viável, se colocando como alternativa a cooperação [...]” (PEREIRA; CARVALHO, 2015, p. 73). Logo, a política externa chinesa representa as transformações internacionais sofridas com o fim do século XX e início do século XXI.

A consolidação da CSS se deu também pelo crescente peso que os países emergentes construíram na arena mundial. Pautasso (2011) sugere que as relações Sul-Sul são uma forma de estratégia reformista e estabilizadora do sistema internacional, tornando o mundo cada vez mais multipolar, em um entendimento similar à de Leite (2011) sobre a cooperação Sul-Sul ser uma ferramenta para atenuar as assimetrias internacionais. Conforme a consolidação foi se estabelecendo, ainda na década de 1970, novos aspectos foram implementados, como questões de agricultura e saúde (PINO, 2014).

O período do fim de 1970 até início de 1990 representou dificuldades para a continuação das políticas de cooperação, devido a acontecimentos como o fim de Bretton Woods, as crises do petróleo e a nova postura adotada pelos EUA que reestruturou sua pauta capitalista em ordem do protecionismo e dos gastos com defesa. Dessa forma, a América Latina e regiões periféricas sofreram o impacto da adoção do neoliberalismo de Reagan (PAUTASSO, 2011). Conforme Pino (2014, p. 67) “a fase de desmobilização da CSS foi interpretada como período de transição entre um mundo caracterizado pelos embates da Guerra Fria, as políticas econômicas de corte keynesiano e o esgotamento do modelo de práticas comerciais de substituição [...]”.

Após anos de políticas neoliberais orquestrada pelos EUA que prejudicaram os países em desenvolvimento, onde a América Latina sofreu com a “década perdida”, o fim do século XX representou um novo fôlego para a cooperação Sul-Sul. Com a sensível diminuição do poder norte-americano na política externa e novos arranjos políticos surgindo num mundo cada vez mais globalizado, abriu-se espaço para que a cooperação voltasse a ser assunto nos arranjos multilaterais. Assim, os países emergentes e/ou periféricos foram reconstruindo o sentido da cooperação para superação de obstáculos econômicos e políticos e como efeito, reabilitaram movimentos em prol do desenvolvimento (PAUTASSO, 2011).

Passando à cooperação Sul-Sul entre Brasil e China, Oliveira (2006) destaca que até meados da década de 1970, o Brasil dirigia-se basicamente apenas ao Japão quando se tratava da relação com a Ásia esse cenário veio a mudar a penas a partir de 1990. Essa relação pode ser explicada pela transição política no Brasil, que voltava a um regime democrático e mais atento as questões internacionais desde o início da abertura brasileira com o Geisel e a sinalização do fim da Guerra Fria. Baseado em

normas como respeito mútuo, horizontalidade e solidariedade tanto a China quanto o Brasil perceberam a oportunidade de articular reivindicações em comum nos grandes fóruns multilaterais.

Para Milani (2012) a importância da cooperação Sul-Sul explica-se pelo fato do desempenho dos países em desenvolvimento frente a realidade do sistema internacional. Logo, com o fim da Guerra Fria o Brasil mudou seu entendimento de inserção internacional para aproximar-se dos países do Leste Asiático, notoriamente da China, nas esferas econômica e política (OLIVEIRA, 2006). Doravante esse entendimento, a relevância chinesa foi aumentando para a política externa brasileira, em vista da intensa troca comercial entre os países, o que se explica pela liderança que a China passa a exercer no cenário mundial com seu expressivo desenvolvimento econômico.

Brasil e China passaram a ser importantes polos de poder e a virada para o século XXI marcou essa ascensão de países do Sul do mundo liderando um diálogo multilateral visando aproveitar as oportunidades oferecidas pelo sistema. Para Leite (2011) a cooperação Sul-Sul mostra-se como exitosa por permitir que países com dificuldades semelhantes se reúnam em nome de uma mudança positiva, “nasce da percepção da vulnerabilidade de um grupo de países, cujas ações se encontram constrangidas por estruturas internas e externas” (LEITE, 2011, p.76). Dessa forma, para a relação sino-brasileira a cooperação Sul-Sul foi uma ótima forma de dialogar sobre questões similares e através do multilateralismo alcançar maior projeção no cenário internacional.

A relação bilateral passou a ganhar força a partir dos anos 2000, notoriamente após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva como presidente brasileiro. Através da cooperação Sul-Sul, que permite compartilhar experiências e dificuldades semelhantes foi possível aprofundar a relação político-diplomática entre os países, além de expandir o comércio. O caráter estratégico da relação entre China e Brasil logo no século XXI permitiu unir opiniões frente aos obstáculos que países em desenvolvimento passam, fortalecendo a posição dos mesmos nos fóruns internacionais. Destaca-se assim a ampliação que a agenda bilateral viveu a partir de 2002.

Um marco importante da relevância chinesa no cenário internacional é sua entrada na OMC em 2001, que contou com o apoio de países em desenvolvimento

como o Brasil. Este apoio serviu para entusiasmar o fortalecimento da relação, visto que “é nos anos 2000 que a China se coloca efetivamente como um país com possibilidades de alterar equilíbrios no sistema internacional, parcialmente por conta do seu desempenho econômico desproporcional” (RAMANZINI JUNIOR; FELIU RIBEIRO, 2013, p.166). Assim, quando Lula assume o poder em 2003, este reforça a importância da China para nossa economia e para a estratégia de assertividade brasileira no sistema internacional. Utilizando a cooperação Sul-sul e o fortalecimento de organismos multilaterais nesse período, Brasil e China fortaleceram sua relação (PECEQUILO, 2013).

A figura de Hu Jintao foi importante na consolidação desse relacionamento, pois permitiu ser uma via de mão dupla o bom entendimento entre os Estados o que demonstra a atenção que o governo chinês empregou e emprega até hoje ao Brasil. Logo em 2004 o presidente Lula prestou visita diplomática ao Estado chinês, na comemoração de 30º aniversário do estabelecimento das relações diplomáticas (LIMA, 2016). No comunicado do encontro os presidentes deixaram claro a satisfação dos resultados positivos que a relação vinha colhendo, num entendimento mutuo de que isso beneficiava o desenvolvimento da parceria estratégica.

4- A NOVA POSTURA CHINESA NO SÉCULO XXI PARA A AMÉRICA LATINA

Com a virada do século XX para o século XXI, todo o sistema internacional assistiu a ascensão política e econômica chinesa que atualmente ocupa o posto de segunda maior economia do mundo. A partir do alcance de tamanha relevância, o dragão asiático trouxe ímpeto aos países emergentes, tendo em vista o modelo diferenciado de desenvolvimento que atraiu simpatizantes principalmente no Sul global. Diferente das medidas liberalizantes adotadas pela maioria dos países ocidentais no pós-Guerra Fria, a China perseguiu seu próprio modelo político e econômico, o que foi determinante para sua ascensão e para atrair interesse dos Estados emergentes.

Através das mudanças implementadas por Deng Xiaoping, Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping, a cooperação Sul-Sul ganhou espaço para atuar como elemento importante do desenvolvimento chinês, já que dessa forma possibilitou estreitar os laços para com a América Latina e a África. Junto de iniciativas multilaterais e da retórica de ascensão pacífica, a região latino-americana que tradicionalmente se atrelou aos preceitos dos Estados Unidos, foi capaz de experimentar um boom econômico a partir dos anos 2000, desde que intensificou a relação com a China.

A ruptura do isolacionismo, a política das Quatro Modernizações e o pragmatismo chinês foram importantes para a aproximação com a América Latina, pois o viés ideológico saiu de cena para dar lugar ao pragmatismo. Ademais, as análises econômicas positivas para a região no início de 2001, em especial para com o Brasil, impulsionaram a relação sino-latino-americana. Ao analisarmos o BRICS e o fórum China-CELAC será possível visualizar a política chinesa para região, que se intensificou na última década e dá indícios de permanecer.

O multilateralismo e a cooperação Sul-Sul são artifícios importantes no relacionamento sino-latino-americano, pois assim a China se aproxima dos Estados sem caracterizar uma ameaça aos mesmos, haja visto sua postura de não fazer imposições no relacionamento e ter como preceito uma relação de *win-win*. Desde sua materialização em 2006, o BRICS passa a ser um notório espaço de reclamação dos países emergentes frente aos desafios que o sistema internacional e as potências tradicionais impõem. Ademais, as iniciativas chinesas para a região, como ter tomado frente na criação do fórum China-CELAC, demonstram o interesse político em

estabelecer na América Latina uma região de influência, de modo diferente do que foi feito pelos EUA.

4.1 - O BRICS

O grupo bem estabelecido hoje como BRICS possui pouco tempo de existência e relativa importância para as relações internacionais. A reunião, de início pouco provável, entre Brasil, Rússia, Índia e China num mesmo conjunto, e posteriormente com a presença da África do Sul, trouxe um novo aspecto à realidade política mundial, onde Estados emergentes buscam espaço numa ordem que tradicionalmente exclui os menos influentes. Dentro de um sistema globalizado e permeado dos mais diversos ideais, a reunião destes países mostra a força da cooperação Sul-Sul e da multipolaridade como forma de superar atrasos permanentes em relação aos países desenvolvidos.

O BRIC surgiu em 2001, a partir da criação do acrônimo por Jim O'Neil, funcionário da Goldman Sachs. Este termo colocou Brasil, Rússia, Índia e China num mesmo patamar de pretensões, levando em conta variáveis como espaço geográfico e capacidade de desenvolvimento. Segundo Stuenkel (2017) nos primeiros anos após a criação do termo, muitos estudiosos desacreditavam no poder de mudança que esses países poderiam oferecer ao sistema internacional, o que fez com que pouca atenção fosse dada nesse primeiro momento. As diferenças culturais, a distância entre os territórios e as diferentes visões de política são apenas alguns dos fatores que levaram ao descrédito do grupo. Mas, em poucos anos esse cenário se transformou e Brasil, Rússia, Índia e China garantiram um lugar a mesa das potências tradicionais.

A reunião desses quatro países pelo economista Jim O'Neil julgava a possível projeção econômica positiva que teriam a partir de 2001 e assim, o grupo passou de uma possibilidade financeira de investimentos para um agrupamento político-econômico mobilizado por maior participação e poder de decisão nas esferas internacionais (STUENKEL, 2017). Este processo ocorreu devido a “um relativo vácuo de poder global causado pelos novos desafios de governança global e pelas limitações dos EUA para impor sua vontade sobre as outras nações” (AGUIAR, 2014, p. 1). Assim, entende-se que o declínio do poder norte-americano foi um fator no surgimento de outros atores em busca de mudanças no sistema internacional.

Outra análise realizada pela Goldman Sachs em 2003 reforçou a ideia do BRIC e impulsionou a popularidade dos seus integrantes, pois reafirmou a publicação do início do século e assim, abriu caminho para a concretização do grupo (STUENKEL, 2017). Nesse contexto, o desejo de participar do mundo globalizado com maior assertividade possibilitou a reunião de países tão distintos, que na virada do século XXI estavam à procura de maior representatividade, tanto econômica quanto política, trazendo o anseio de participar com maior afinco nas tomadas de decisões.

A institucionalização do grupo ocorreu de fato apenas em 2009, embora nos anos anteriores os países tenham se reunido diversas vezes para tratar dos pontos em comum que os uniam. Em 2006 foi realizada a primeira reunião entre Brasil, Rússia, Índia e China, por intermédio do presidente russo as vésperas da Assembleia Geral das Nações Unidas nos EUA. Sucessivamente novos encontros ocorreram, até que em 2009 houve o primeiro de caráter formal em Ecatimburgo, na Rússia. Segundo Aguiar (2014) o diálogo entre os chanceleres propiciou um entendimento acerca dos interesses que poderiam defender frente as organizações internacionais e assim, países como a China e o Brasil que já desfrutavam de certa notoriedade no sistema internacional, puderam juntar forças aos seus semelhantes.

O fato dos quatro países se reunirem representou, conforme Stuenkel (2017, p. 21) “uma imensa transferência de poder dos EUA e Europa para potências emergentes como Brasil, Rússia, Índia e China”. A projeção dos países integrantes do BRIC se explica pela relativa decadência dos EUA como líder do sistema, num cenário em que a governança global surge como pauta em razão da pouca representatividade nas organizações internacionais (REIS, 2012). O cenário pós-Guerra Fria influenciou a busca por mudanças que o BRICS procura desde sua primeira reunião, tendo como ponto central do grupo a reivindicação por maior participação nas tomadas de decisão e a remodelação de órgãos como o FMI e o Banco Mundial.

A questão central que conduz a atuação dos países a partir do BRICS é a falta de representatividade, entendida assim como um fator que deslegitima as organizações internacionais (REIS, 2012). Este ponto foi muito debatido nas cúpulas realizadas até então, onde Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul reivindicam maior espaço e poder de barganha. Flames (2010) analisa que nesse pequeno grupo de países a China possui a melhor posição global, seguida pela Rússia que também

possui um assento no CSNU, enquanto os demais países continuam em busca de maior inserção no âmbito da ONU.

Como já mencionado, a primeira reunião formal entre os países ocorreu em 2009, com uma densidade considerável de assuntos abordados, como a questão da reforma das organizações internacionais, a cooperação como instrumento ideal para ações multilaterais e a oposição ao terrorismo, entre outros (REIS, 2012). Ademais, a primeira cúpula serviu para dar eco aos anseios dos países emergentes, que se encontravam em sua maioria como expectadores dos fóruns mais importantes, sendo essa primeira reunião importante para demonstração da vontade em participar da nova ordem mundial. A ação dos países em se reunir serviu para impulsionar o grupo no sistema internacional e debater a crise econômica de 2008 que afetou de forma geral, todos os países, mas principalmente os desenvolvidos (REIS, 2012).

Sucessivamente, as reuniões de cúpula aconteceram anualmente, levando em conta a questão da reforma nas instituições de Bretton Woods, a maior participação do BRICs no desenvolvimento econômico e o fortalecimento da cooperação intra-BRICs (AGUIAR, 2014). No ano de 2010, os países do grupo também apoiaram a candidatura da Rússia a participar da Organização Mundial do Comércio e enfatizaram a cooperação como mecanismo para o desenvolvimento. De acordo com Aguiar (2014), a segunda cúpula foi importante pois reforçou a cooperação entre os países do grupo principalmente porque o comércio entre eles aumentou significativamente, justificado por esse aumento de fluxo cooperativo intra-grupo.

A cúpula de 2011 realizada na China possui um marco especial devido a chegada da África do Sul ao grupo. Para Reis (2012) este passo significou maior representatividade em vistas de consolidar o grupo como um fórum político-diplomático, enquanto Stuenkel (2017) entende a entrada do país como o recurso menos oneroso para o BRIC, já que o Estado possui anseios similares e logo, defenderia o posicionamento dos demais nos fóruns. Com a decisão de incluir a África do Sul o BRIC ou BRICs, passou a ser chamado de BRICS e assim, possui desde 2011 a representação de quatro grandes continentes.

Com a entrada da África do Sul, o BRICS fortaleceu sua reivindicação por maior participação internacional, quotas justas no FMI, cooperação multilateral, entre outros. De acordo com Reis (2012) essa reunião serviu para reforçar pilares fundamentais do grupo, como a cooperação e a coordenação, além de alargar a questão do

desenvolvimento para as áreas como agricultura, educação, tecnologia e ciência, junto com a saúde e a política (AGUIAR, 2014). Este momento foi importante pois mais um país se inseriu na busca por maior representatividade na liderança global, reforçando assim a atuação do BRICS como mecanismo de discussão para os países em desenvolvimento.

Em termos de representação, o Brasil é atualmente o único país participante da América Latina no grupo e isso pode ser explicado, em parte, pela diplomacia assertiva do governo Lula. As previsões econômicas que cercaram o Brasil durante o início do século XXI trouxeram expectativas de que o país se tornasse uma grande potência a médio prazo (FLEMES, 2010), o que possibilitou sua junção com os demais, em um espaço relevante para a realização de certos questionamentos. Ademais, atribui-se aos chanceleres Celso Amorim e Sergey Lavrov, respectivamente representantes do Brasil e da Rússia, a formação do grupo (REIS, 2012) em razão do entendimento que esses governos tinham, principalmente o Brasil, sobre as mudanças necessárias no sistema ONU para uma atuação mais abrangente e representativa.

A atuação brasileira no BRICS explica-se também pela busca de autonomia num mundo cada vez mais globalizado e nesse sentido, a diplomacia do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva procurou unir ações frente aos países desenvolvidos para aumentar a participação dos emergentes. A postura adotada pelo governo brasileiro estava em consonância com os demais países do grupo, pois este atuou para “reforçar mudanças incrementais de poder” (FLEMES, 2010, p.148). A partir do primeiro governo Lula, o Estado brasileiro passou a agir com maior ênfase na política externa, haja visto o Fórum Índia, Brasil e África do Sul (IBAS) e a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), ambos criados em 2003 por iniciativa do então presidente. Logo, o BRICS parece ter sido um caminho natural na política externa brasileira dentro dessa postura assertiva.

Retomando as particularidades do grupo, a ascensão chinesa foi debatida na cúpula de Sanya em 2011, tendo em vista o importante papel que o Estado chinês passou a desenvolver no mundo, tornando-se o “mais importante parceiro econômico bilateral de todos os membros do BRICS” (STUENKEL, 2017, p. 78). A atuação chinesa num grupo como o BRICS é justificada segundo Niu (2013), pela busca de internacionalização do renminbi para os países emergentes, notoriamente os

participantes do grupo. Dentro desse contexto, acredita-se que a China passou a ser o principal país do grupo no âmbito internacional, levando em conta seu expressivo crescimento econômico e a maior participação internacional.

Conforme Stuenkel (2017) comenta, os laços bilaterais bem estabelecidos com os países do BRICS, como com o Brasil e a África do Sul, permitem a China ter um lugar especial nessa cooperação multilateral, já que sua influência intra-BRICS é considerável. Pelo notável desenvolvimento chinês, percebe-se que o grupo representa uma forma de alcançar grandes regiões econômicas, visto que cada país é o representante de maior destaque de suas respectivas regiões. Logo, a questão intra-BRICS é um ponto importante da política internacional chinesa, que atua em vistas de fortalecer a cooperação com seus parceiros, melhorando o diálogo e a institucionalização do mesmo (STUENKEL, 2017; NIU, 2013).

Dado o aumento da relevância chinesa na ordem internacional e seu posicionamento de não enfrentamento a política norte-americana, o BRICS tornou-se uma opção de cooperação num jogo de “*win-win*”. A postura de ascensão pacífica do governo chinês permite ao mesmo não questionar o *status quo* das grandes potências, salvaguardando sua política e prestígio internacional. Esta questão também se relaciona com uma especificidade do grupo, já que “os BRICS não se formam contra os interesses de outros países” (REIS, 2012, p. 42). Percebe-se então que a política do grupo está direcionada para a revisão das estruturas de cooperação internacional ao invés de pleitear uma mudança efetiva.

Nesse âmbito, as potências emergentes buscam uma saída para participarem do processo de governança global, trazendo reivindicações de regiões tradicionalmente negligenciadas nos fóruns internacionais. De acordo com Niu (2013, p. 212) “o pleito era por um sistema mais democrático onde economias emergentes pudessem ter um papel mais importante e no qual as potências estabelecidas estariam sujeitas às mesmas regras aplicadas aos demais países”. Sendo assim, os países integrantes do BRICS passaram a dar importância ao fórum G-20, por considerarem ser o local apropriado para falar em cooperação e desenvolvimento econômico tendo em vista a maior participação de países (AGUIAR, 2014).

Além de atuar em diversos organismos multilaterais, o BRICS aumentou o diálogo sobre questões como desenvolvimento sustentável e comércio, assuntos que ganharam grande dimensão com a virada para o século XXI. É possível compreender

o peso que o grupo desenvolveu ao longo dos anos, mesmo antes de sua institucionalização em 2009, por evidenciar questões que há anos dificultam o progresso dos países emergentes. Para Damico (2013) a continuidade do grupo é explicada pela agenda bem estabelecida entre os países, que possuem a cooperação como base fundamental para perseguir resultados político-econômicos.

Por meio dos encontros anuais, os BRICS conseguem articular e renovar seus entendimentos sobre a realidade do sistema, o que permite ampliar a agenda de cooperação e incluir novas questões ao debate. Dessa forma, o anúncio da criação de um banco de desenvolvimento em 2014, na cúpula realizada em Fortaleza, reforçou a pretensão dos países carregam no sentido de superar os desafios econômicos que lhes são impostos na ordem atual do sistema. A sua criação permite captar recursos que não sejam pelas opções tradicionais do ocidente.

O Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) tem sede em Xangai, na China, e entrou em vigor em 2015, com o objetivo de financiar projetos de infraestrutura nos países do BRICS, além de investir em países de fora do grupo que compartilhem da mesma posição de emergente. Segundo Abdnur e Folly (2015) o fato da cooperação para o desenvolvimento ser um ponto central do grupo se explica pelo falta de investimentos em industrialização e infraestrutura, assim como acontece com a maioria dos países em desenvolvimento. Ainda que seja um artifício novo para os países do BRICS e demais emergentes apostarem, a criação do banco representa uma excelente oportunidade de injetar fundos ao desenvolvimento nacional dos Estados.

De acordo com Abnur e Folly (2015, p. 98) “o capital inicial autorizado do banco é de US\$ 100 bilhões, e o capital subscrito, de US\$ 50 bilhões, igualmente distribuídos entre os cinco BRICS”, além de possuir apoio dos bancos para desenvolvimento dos seus membros-fundadores. O Brasil já recebeu cerca de US\$ 300 milhões para o BNDES financiar projetos de energias renováveis, além do país se beneficiar da participação de empresas nacionais em licitações no exterior (MRE, 2016?). O Banco acredita que seu papel complementar as ações multilaterais de desenvolvimento, abrindo caminho para que países não pertencentes ao BRICS tenham acesso a benefícios para desenvolvimento em questões como infraestrutura.

A criação do NBD pode ser entendida através do viés geopolítico, por reunir países diferentes e distantes com o objetivo de superar a dificuldade de investimento

em áreas essenciais para o desenvolvimento. Dentro desse contexto, as reivindicações dos BRICS referente a melhores oportunidades no sistema internacional, há muito tempo presentes no debate multilateral ganhou notável reforço com a implementação do Banco, por trazer um mecanismo capaz de contornar a insatisfação dos países do Sul global em relação a falta de projeção econômica. Além disso, a criação do Banco mostra de certa forma a incredulidade dos países em que o FMI e o Banco Mundial mudem seus mecanismos.

Mais do que um fundo de recursos aos países em desenvolvimento, o NBD demonstra a intenção do grupo BRICS em ter participação nas ações de um sistema cada vez mais dependente de cooperação. Segundo Batista Jr (2016), ex vice-presidente do NBD, o banco não tem pretensão de substituir o Banco Mundial e sim complementar as ações em prol do desenvolvimento sustentável dos países emergentes. Sobre as possibilidades do NBD “a grande vantagem comparativa de um banco de desenvolvimento é o fato de que ele conta com recursos públicos e garantia de parte de governos, portanto seu risco é relativamente baixo” (BAUMANN, 2017, p. 297), dessa forma a confiabilidade é primordial para o bom funcionamento do banco.

Além desses aspectos, algo que reforça a atuação do grupo, em geral, é a questão de a cooperação Sul-Sul ser a pauta destes países emergentes no novo século, onde o interesse em comum de superar as dificuldades impostas pelo sistema impulsiona a busca por novos mecanismos de desenvolvimento. De acordo com Abdnur (2014)

All five states want to expand South–South ties, both among themselves and with other developing countries. In addition, the BRICS states have backed this discourse with concrete resources, having substantially increased intra-BRICS trade and investment over the past five years. More broadly, all five wish to reduce the dominance of the US dollar as the anchor currency for the global economy, although its exact replacement is not yet clear (ABDNUR, 2014, p. 88).¹¹

Conforme a evolução do Banco e dos outros fóruns que ocorrem a nível do BRICS, percebe-se que a união dos países, que começou como uma análise

¹¹ Todos os cinco Estados querem expandir os laços sul-sul, tanto entre si como com outros países em desenvolvimento. Além disso, os estados do BRICS apoiaram esse discurso com recursos concretos, tendo aumentado substancialmente o comércio e o investimento intra-BRICS nos últimos cinco anos. Mais amplamente, todos os cinco desejam reduzir o domínio do dólar dos EUA como a moeda âncora para a economia global, embora sua substituição exata ainda não esteja clara.

financeira de bom investimento, além de se concretizar em 2006 passou para o campo político-diplomático e mais do que países em desenvolvimento que atraem recursos financeiros, o grupo mostrou ser uma força relevante no cenário internacional, pautado no princípio da cooperação. A partir do NBD outros países passem a ser beneficiados para atrair recursos na questão do desenvolvimento de infraestrutura e industrialização, alargando o alcance do BRICS.

Para além do BRICS, outro organismo que liga a China com a América Latina é o fórum China-CELAC que será tratado no tópico a seguir. Por ser um fórum recente, há carência de publicações aprofundadas no assunto para uma análise mais adequada, o que não diminui a relevância de seu estudo visto ser mais um fator que liga a política externa chinesa ao hemisfério sul e a América Latina por consequência.

4.2 Multilateralismo chinês e o Fórum China-CELAC

A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) surge como herdeira do Grupo do Rio e da CALC, iniciativas que reuniam todos os Estados latino-americanos para tratar de diferentes assuntos inerentes a região. A CELAC tornou-se então a fusão dessas duas cúpulas e trouxe características próprias tornando-se um fórum onde os países tem liberdade de dialogar sobre a realidade de suas respectivas sociedades, formando um mecanismo consultivo com o objetivo de promover a cooperação regional.

Em 2011 realizou-se a primeira cúpula da CELAC, em Caracas, onde os 33 países da América Latina aderiram a comunidade, excluindo os EUA e o Canadá como membros do grupo (ERLER PEDROZO, 2016). A ausência destes Estados pode ser explicada, em parte, pela atuação da política externa norte-americana que por muito tempo atuou diretamente nos países latino-americanos, influenciando e manipulando questões políticas de seu interesse. O período da Guerra Fria ganhou destaque nesse sentido, já que a bipolaridade permitiu aos EUA reforçar seu papel na região da América Latina, vide a Doutrina Truman¹² e sua postura para com os países da região (FAGUNDES, 2010).

¹² A Doutrina Truman foi usada pelo governo norte-americano para combater o comunismo em territórios estrangeiros, tendo em vista a consideração por parte do governo de que alguns países possuíam um sistema frágil e suscetível a influência comunista da URSS.

Entende-se então a criação da CELAC como uma forma dos países latino-americanos desvencilharem-se da política externa norte-americana, já que a Organização dos Estados Americanos é a grande organização que liga as duas regiões. De acordo com Lima (2013) a relevância da CELAC reside no fato de ser um grupo genuinamente latino-americano, tendo como membro inclusive Cuba, que é excluída de muitos órgãos internacionais. Possuir um espaço para debate sem a intervenção estadunidense, que ainda hoje encontra meios de estar presente na região, mostra-se de grande valor para a América Latina por possibilitar aos países ampliarem os laços multilaterais. A comunidade é uma representação do regionalismo multilateral que segundo Quiliconi e Espinoza (2016) está relacionada com uma variedade de objetivos que os Estados perseguem nesse novo milênio.

O período pós-Guerra Fria trouxe para a região da América Latina governos com a premissa de um Estado forte e responsável pela melhora na qualidade de vida de suas populações, o que acabou favorecendo a criação de fóruns regionais. Para Quilini e Espinoza (2016) esta tendência que ocorreu na primeira década do século XXI em diversos países latino-americanos explica como a CELAC, foi além das questões econômicas e trouxeram ao debate aspectos sociais e de desenvolvimento. Entende-se também a criação da CELAC como forma de unir as diferentes sub-regiões da América Latina em que a cooperação regional demonstra seus limites (LIMA, 2013).

De alguma forma, ainda que haja maior diversidade regional, os governos latino-americanos parecem querer preservar, ou resgatar para alguns, uma identidade comum que os faz diferente da “outra América” e que, conseqüentemente, cria interesses comuns em torno de um ethos anti-hegemônico, com graus variados de adesão entre eles, mas que é distinto do espaço hemisférico ampliado (LIMA, 2013, p. 187).

Sobre o funcionamento da comunidade, este acontece através de reuniões ministeriais e grupos de trabalho, onde estes atuam de forma a promover a cooperação entre os países, além de primar pelo bom entendimento político (MRE, 2017?). Na Declaração de Caracas os chefes de Estado enfatizaram a criação da CELAC como forma de promover a inserção dos países no sistema internacional e nos debates, possibilitando assim a participação da região nos eventos importantes. Ademais, seus integrantes buscam o desenvolvimento e a superação das

desigualdades sociais como forma de fortalecer os países, num espaço autônomo e separado dos EUA.

Por se tratar de uma comunidade recente, a CELAC ainda busca construir sua agenda em consonância com todos os integrantes, entretanto, alguns pontos são bem estabelecidos como o desenvolvimento, a melhoria da infraestrutura e tecnologia, além da questão energética (QUILICONI; ESPINOZA, 2016). Ademais, sua criação pode ser vista pelo prisma dos grandes agrupamentos que surgiram no século XXI, com o objetivo de defender o direito a participação dos países em desenvolvimento da arena internacional de forma mais igualitária.

Dentro do âmbito da CELAC foi criado o fórum China-CELAC em 2014, por interesse chinês, institucionalizando as relações da região com a China para fortalecer a cooperação entre eles (ERLER PEDROZO, 2016). A criação do fórum pode ser compreendida pelo adensamento da relação entre alguns países da região e o Estado chinês, que cresceu na última década nas mais diversas áreas. O Brasil nesse sentido passa a ser citado como um dos países da América Latina que mais expandiu sua relação com a China a partir dos anos 2000, principalmente no que diz respeito as relações comerciais (DIAS; FLORIDO, 2017).

Em 2015 ocorreu o primeiro fórum oficial da China-CELAC em Pequim, onde foi tratada a questão da infraestrutura e assim ao longo do ano novos assuntos foram discutidos, como ciência e tecnologia (ERLER PEDROZO, 2016). O fórum se caracteriza como um marco para a relação sino-latino-americana por ser a tentativa mais completa até então de fortalecer a cooperação entre os países do bloco e a China (DIAZ; FLORIDO, 2017). O Plano de Cooperação 2015-2019 celebrado em Pequim é um resultado direto da criação do fórum China-CELAC. Este plano foi criado tendo como objetivo ampliar a área de cooperação para além da econômica, destacando a segurança, agricultura, ciência, energia, cultura, educação, infraestrutura entre outros.

A construção do China-CELAC pode ser percebida como uma estratégia do governo chinês, para atuar nos diversos organismos e comunidades multilaterais que as diferentes regiões do globo possuem, levando em consideração que atualmente na América Latina o Estado está presente em quase todos os organismos regionais, já que dialoga com o Mercosul, com a OEA e é claro, com a CELAC. Nesse sentido, a atitude chinesa “constituye un elemento que indica sus intenciones de China de

ampliar los vínculos no sólo económicos sino también políticos con ALC”¹³ (DIAZ, FLORIDO, 2017, p.112). Percebe-se então como o governo chinês atribui importância a multipolaridade para garantir sua forte presença no sistema internacional.

O interesse chinês na região fica a luz da complementaridade oferecida pelos países, tanto na questão econômica quanto política que propicia ao Estado chinês agir na reconfiguração do sistema internacional e conseqüentemente influencia a construção do relacionamento sino-latino-americano. A partir disso, o alto grau de cooperação entre a região e a China se explica pela política externa chinesa, que tem na sua postura a premissa de relações amistosas com os diversos países, sem pretensão de hegemonia ou subjugação dos mesmos (RODRIGUES; LIMA, 2016).

O multilateralismo chinês se tornou um grande trunfo para alcançar as diferentes regiões do globo em consideração a crescente participação da China em organismos multilaterais e sua inserção na América Latina por exemplo, através de grupos como o BRICS e a CELAC. A validade dessa atitude reside no fato de que através do multilateralismo a China presta ajuda aos demais e consegue desenvolver sua relação com países que possuam diferenças políticas e ideológicas, mas que necessitam de apoio no sistema internacional. Para Niu (2015, p. 47) “a multilateral platform is also helpful to develop norms and rules legitimizing China’s comprehensive presence in the region by building transparency and mutual understanding”.¹⁴

Sua presença na região pode ser explorada por diferentes pontos de vista, entretanto, a diplomacia chinesa no século XXI é um ponto comum entre autores que entendem a influência do Estado chinês a partir da difusão de sua cultura, da ascensão pacífica como retórica no relacionamento e do boom econômico que a relação propiciou a diversos países, a exemplo o Brasil (NIU, 2015; PIRES, SANTILLÁN, 2014). O estreitamento da relação sino-latino-americana resultou numa intensiva participação do dragão asiático na região, em níveis financeiros, comerciais, institucionais e político, numa abordagem multilateral chinesa de se aproximar dos países.

¹³ É um elemento que indica a intenção da China de expandir não apenas laços econômicos, mas também políticos com a América Latina e o Caribe. Tradução nossa

¹⁴ Uma plataforma multilateral também é útil para desenvolver normas e regras que legitimam a presença abrangente da China na região, criando transparência e compreensão mútua. Tradução nossa

A diplomacia chinesa utiliza o multilateralismo como estratégia para manter a estabilidade do sistema, pois ajuda a conservar sua posição de não representar uma ameaça aos demais países. Segundo Shu (2006, p.38) “o próprio Partido Comunista chinês reconhece o multilateralismo como o caminho mais apropriado para pautar suas ações internacionais [...]” devido a evolução da política externa, cada vez mais pragmática. Esta política do governo chinês também pode ser entendida como um mecanismo contra a política externa norte-americana, centrada na unipolaridade do sistema internacional. De acordo com Shu (2006)

Essa disposição é vista em vários esforços de participação da China em questões multilaterais, tais como a sua mediação nos impasses entre os EUA e a Coreia do Norte, o seu envolvimento na Missão de Paz no Haiti, a sua prontidão no combate contra o terrorismo logo após os atentados do 11 de Setembro, a sua cooperação na formatação de organismos multilaterais e entre outros. (SHU, 2006, p. 42).

A questão da multilateralidade na política externa do Estado chinês se encontra inclusive nos princípios divulgados por Hu Jintao em 2012, quando este atribuiu importância aos organismos multilaterais como o grupo G20 e o BRICS. Devido a realidade do sistema pós-Guerra Fria, criou-se espaço para realizar uma cooperação mais intensa com outros países, pela motivação de superar as dificuldades que a nova ordem representava e assim, a China espalhou sua influência de forma abrangente pela participação nas organizações internacionais, nos fóruns regionais e na capacidade de investimento em solo estrangeiro. Entretanto, cabe ressaltar que mesmo aumentando o uso do multilateralismo, a China ainda atribui importância a relação bilateral (SHIXUE, 2015).

Existe uma postura por parte dos países emergentes de revisão do multilateralismo, sem tentar mudar a ordem vigente, mas exigindo mudanças nas tradicionais organizações multilaterais (RENNI, 2017). A globalização trouxe consigo diversos atores na busca de aumentar sua projeção no sistema, o que impulsiona de certa forma a construção do diálogo multilateral e de fóruns que unem forças frente as tradicionais potências. Para Samson (2012) a China aumentou o uso do multilateralismo com a passagem do século XX para XXI dando sinal de que pelo menos no curto prazo não irá mudar sua estratégia quanto ao alcance global que este pode oferecer a sua política.

Os países emergentes que priorizam o multilateralismo trouxeram a cena novas organizações para possibilitar o diálogo em vistas de melhorar o acesso a financiamento, recursos energéticos e outras questões que os deixam em desvantagem em relação as grandes potências. Dessa forma, além de buscarem espaço nas instituições tradicionais, outras foram criadas especialmente a partir dos anos 2000 para reforçar o uso do multilateralismo atuante na realidade internacional (RENNI, 2017).

Entende-se, portanto, que o multilateralismo chinês é um elemento importante de sua diplomacia, pois serve tanto para as questões de política interna quanto externa, pelo fato de proporcionar ao Estado aumento do seu alcance internacional e realizar o objetivo de modernização do país (CHENG, 2017). A ascendência de Xi Jinping ao poder em 2013 trouxe à China maior impulso na arena internacional e interlaçou ainda mais a relação sino-latino-americana. Para a América Latina, a eleição de um novo líder do PCC significou o estreitamento da relação com grande parte dos países, constatando a importância atribuída para a região latino-americana.

Para Maele (2017), Xi Jinping representa uma nova fase do relacionamento sino-latino-americano, chamada por ele de fase compreensiva. Esta fase é caracterizada pelo aprofundamento da relação com a região, que vinha sendo construída por Hu Jintao e que Xi Jinping alavancou, especialmente no aspecto político.

4.3 – Xi Jinping e a atualidade da relação sino-latino-americana

Com o estabelecimento de Xi Jinping no poder, o dragão chinês continuou sua longa caminhada rumo a inserção internacional e ao posto de maior potência do sistema. O sonho chinês é desde 2013, lembrado como um objetivo da nação em busca de alcançar um alto patamar no sistema internacional. Com a relativa queda dos EUA e a crise econômica de 2008, o governo chinês entendeu ser o momento propício para reviver o sonho chinês, qual seja, ocupar a posição de maior potência (CARRIÇO, 2013). Este conceito exige da China revisar sua postura internacional, causando a mudança que Xi Jinping propôs de elevar o Estado à uma posição de *player* principal.

Desde que chegou ao poder, a relação entre a China e a América Latina experimentou algumas mudanças e embora não seja possível afirmar que estas mudanças estejam inteiramente ligadas ao presidente Xi Jinping, elas auxiliam na análise das diferenças a partir de seu mandato. Para Maele (2017), Xi Jinping demonstra estar disposto a aprofundar os laços com a América Latina e Caribe como um todo, o que reforça a notoriedade da região para o governo chinês quando levamos em consideração as visitas oficiais e a publicação do segundo Livro Branco para América Latina e Caribe, em 2016.

Este livro foi o segundo lançado para a região da América Latina e Caribe, e entre outras coisas, inclui questões como segurança cibernética e espacial, além da agenda 2030 para desenvolvimento sustentável. Do preâmbulo do último livro ressalta-se que a China “lança o segundo documento sobre a política da China para com a América Latina e o Caribe, visando assimilar as experiências acumuladas e olhar para o futuro [...]” (EMBAIXADA CHINESA NO BRASIL, 2016). A publicação desses livros demonstra a relevância conquistada pela região e o contínuo interesse da RPC em relacionar-se com os países.

Nota-se que desde o fim da Guerra Fria a América Latina tem conquistado destaque na política externa do governo chinês, em que busca convergir em assuntos específicos num exercício de fortalecimento do Sul global e da cooperação. Levando em consideração o crescente nível de relacionamento entre a China e a América Latina, a publicação desses dois livros apenas reforça a tendência de fortalecimento da relação para o longo prazo. Para Rodrigues e Lima (2016), estas publicações são um marco na relação entre as regiões pois liga diretamente a política externa chinesa com a América Latina.

Periodicamente os líderes chineses tem reiterado a política externa do país para a região com o propósito de fortalecer a cooperação estratégica, o intercâmbio cultural, a confiança mútua, entre outros (PIRES; SANTILLÁN, 2014). Como mostram Rodrigues e Lima (2016, p. 100) “ao longo dos últimos anos, houve a assinatura de inúmeros acordos intergovernamentais com mais de vinte nações latino-americanas e o estabelecimento de relações bilaterais mediante parcerias estratégicas [...]”. Logo, tanto os livros quanto o fórum China-CELAC constituem um marco na relação que é fortemente impulsionada pelas ações de Xi Jinping.

Dessa forma, a política proposta a partir de 2013 traz para a arena internacional a possibilidade da China alargar seus laços com os demais países, aprofundando assim a relação com aqueles já bem estabelecidos, como os da América Latina. A política chinesa tem investido cada vez mais em instituições multilaterais para ampliar sua esfera de influência para além do entorno asiático (CINTRA; PINTO, 2017) e dessa maneira, atua no processo de transição internacional. Na visão do governo, outros países podem se beneficiar dessa postura levando em conta que a nova estratégica busca o desenvolvimento econômico atrelado a independência política

O ativismo do atual presidente para com a região torna-se nítido a partir das visitas oficiais realizadas, que resultaram na assinatura de diversos tratados de cooperação com os países. Conforme mencionam Contipelli e Picciau (2015, p. 101) “Xi Jinping’s trip has been considered a milestone in the development of the relationship between the Asiatic Dragon and the region”¹⁵ indicando assim que o engajamento do governo de Xi Jinping para com a América Latina é próspero. A adoção dessa postura por parte da China deve ser analisada através dos benefícios que o país recebe em troca do aprofundamento da relação, tendo em vista a postura pragmática do líder e a persecução do sonho chinês, que está atrelado ao desenvolvimento econômico.

Ainda que permeada de interesses próprios, o engajamento chinês reforça o bom relacionamento com a região latino-americana, pois a cooperação para o desenvolvimento segue sendo modelo atrativo aos países emergentes que buscam outras maneiras de angariar fundos para a superação das dificuldades econômicas. Os megaprojetos apresentados pelo governo de Xi Jinping, como a construção de uma ferrovia ligando o Brasil ao Peru e o Canal da Nicarágua (CONTIPELLI; PICCIAU, 2015), além da própria construção do fórum China-CELAC reforçam o peso político e estratégico da América Latina no plano geopolítico da China.

O Estado chinês tem expandido sua capacidade de projeção econômica, financeira e diplomática pelo fato de financiar estruturas paralelas, que permitem deixar de fora a participação estadunidense e conseqüentemente, amplia seu espaço de manobra internacional. Assim sendo, os países em desenvolvimento do Sul global aproveitam da investida chinesa para atrair recursos financeiros e para aumentar a

¹⁵ A viagem de Xi Jinping foi considerada um marco no desenvolvimento da relação entre o Dragão Asiático e a região. Tradução nossa.

participação em organismos multilaterais. De acordo com Cintra e Pinto (2017) o governo chinês tem aumentado o uso dos fóruns multilaterais para relacionar-se com os países em desenvolvimento em especial, ressignificando as relações da China com o restante do mundo.

Por fim, Xi Jinping e o sonho chinês dão nova forma a política chinesa. O presidente do país e líder do PCC traz em seu governo a ambição de levar a China a um momento grandioso. Este posicionamento traz uma nova perspectiva da China para a atualidade, que acredita haver maior espaço para ocupar tanto em aspectos culturais quanto econômicos e militares por exemplo. Em seu discurso, Xi Jinping deixa claro ao expressar que

Essa nova época é uma época em que damos continuidade à causa herdada por nossos antecessores e abrimos novos horizontes para conquistar as grandes vitórias do socialismo com características chinesas nas novas condições históricas. É uma época em que alcançamos o triunfo definitivo de concluir a construção integral de uma sociedade moderadamente abastecida para depois construir de forma integral um poderoso país socialista modernizado; é uma época em que o povo de todos os grupos étnicos do país se reúne para lutar continuamente por uma vida melhor e realizar passo a passo a prosperidade comum de toda a população. É uma época em que todos os filhos da nação chinesa reunimos a nossa força e vontade, para com todo o nosso esforço, concretizar o sonho chinês da grande revitalização da nação chinesa; é uma época em que a China se aproxima cada dia mais do centro do cenário mundial para oferecer sem cessar maiores contribuições para a humanidade (EMBAIXADA CHINESA NO BRASIL, 2017).

O objetivo é de que a China possa desempenhar seu papel na governança global, sem deixar de lado os conceitos já estabelecidos de ascensão e coexistência pacífica, mas agora com a ênfase em fortalecer o governo interno e ganhar mais espaço no externo. O sonho chinês serve então de artifício para o crescimento no cenário internacional, como forma de buscar o lugar que sempre acreditou pertencer, o de um grandioso país.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante todo o início do século XXI assistimos a China alçar voo como grande potência do sistema internacional, baseada principalmente pelo aquecimento de sua economia interna. Pela necessidade de crescimento, a economia chinesa procurou novos parceiros comerciais e estreitou laços com os antigos, o que beneficiou financeiramente algumas regiões da América Latina devido ao grande fluxo de exportação de *commodities*. Concomitantemente a esse processo de internacionalização da economia e cultura do povo chinês, os arranjos diplomáticos se aprofundaram, como forma de aproximar um país tão distante dos demais, tanto geográfica quanto politicamente falando.

Através da cooperação Sul-Sul o Estado chinês articulou sua aproximação efetiva com a América Latina, tornando-se uma alternativa para os países da região que historicamente escolheram os EUA como parceiro principal. A cooperação possibilitou ao relacionamento sino-latino-americano aprofundar seus laços e assim, permitiu que a política externa chinesa penetrasse a região, sem caracterizar qualquer afronta direta ao governo norte-americano. Os interesses chineses para a região são claros, como a busca por matéria prima de baixo valor agregado e exploração de recursos naturais fundamentais para o desenvolvimento interno do país. Além disso, o aspecto político da relação passou a ser explorado, visto que a América Latina em grande parte apoia as medidas políticas da China. A diferença quando comparada aos EUA é que o Dragão Asiático não demanda nenhuma exigência como contrapartida para sustentar a relação e aposta na postura pacífica para selar os laços.

A relevância da América Latina à China extrapolou a questão econômica e comercial e, para isso, o Fórum China-CELAC é um bom indicador do entendimento político que o país e a região possuem. A CELAC é a primeira organização internacional da América Latina e Caribe sem a participação dos EUA e nesse contexto, permitiu a criação de um organismo paralelo a comunidade, com a inclusão de um país oriental tendo em vista os ganhos prováveis que a interação com a China representa. Além do respeito pela soberania e pelas questões internas da região, a relação sino-latino-americana se fortalece cada vez na medida em que a política externa estadunidense se distancia da América Latina e a chinesa se aproxima.

O fórum institucionalizado em 2014, apesar de recente, demonstra a relevância que a região possui para com a China e a partir desse espaço de conversação, é possível tratar assuntos fundamentais para o desenvolvimento da América Latina e Caribe, como ciência e tecnologia. Esse ímpeto de cooperação ainda carece de estudos que analisem a profundidade da relação e quais os impactos que o fórum acarretaria no futuro, mas por ora é possível analisar que este é mais um marco da relação sino-latino-americana para consolidar a presença chinesa na região, com uma política externa baseada na cooperação e no bom entendimento entre as partes.

Como a postura adotada pela China é a de se aproximar sem questionar a realidade interna, torna-se atrativo para a região aprofundar os laços com tal país haja visto que dentro da América Latina e Caribe existem várias realidades políticas, desde as mais democráticas até os mais controversos tipos de governo, algo duramente criticado pelo governo norte-americano quando observamos a crise da Venezuela. Entende-se que a aproximação chinesa tanto da América Latina quanto da África não causa ônus diplomático, pois não configura ameaça a política adotada pelos EUA, mas insere seu modelo como forma de angariar parceiros econômicos e políticos.

O *soft power* chinês é primordial para a manutenção de sua ascensão pacífica, sendo o próprio termo um recurso de inteligência estratégica diplomática que visa não afrontar nenhum outro país do sistema internacional, mas sim demonstrar a postura chinesa frente um mundo globalizado e em constante mudança, onde as alianças se refazem permanentemente. A virada do século XX para o XXI demonstrou como a política externa da China montou com lucidez a retórica de não caracterizar nenhuma ameaça aos demais países enquanto foi galgando um espaço maior de inserção, ganhando assim poder perante o sistema.

Devido ao seu grande desenvolvimento econômico nas últimas décadas, constata-se a importância que a China ganha no cenário internacional, alcançando o patamar dos EUA, tradicional potência do sistema. O modelo chinês de desenvolvimento passou a atrair diversos atores para sua esfera de influência, portanto a transformação da política externa chinesa foi primordial para angariar mais simpatizantes, passando de um país isolado à um Estado com diplomacia pragmática, focado nos ganhos que abrir-se ao sistema representa para si.

Com a liderança de Xi Jinping, o Estado passou a ser mais enfático na sua política externa no que diz respeito a América Latina, tendo em vista que a criação do

fórum China-CELAC foi realizada sob seu governo e as visitas presidenciais a região, num claro esforço de ocupar a liderança outrora ocupada pelos EUA que há alguns anos não se faz tão presente, notoriamente nos dias atuais devido ao *modus operandi* do governo de Donald Trump, que afasta-se da região. Assim sendo, a China tem cada vez mais reforçado suas políticas para a América Latina para além da esfera econômica, traçando sua política externa para a região em termos políticos, culturais e sociais.

Percebe-se então a estratégia chinesa de penetrar em áreas que difundam a diversidade de sua cultura, como através do Instituto Confúcius, organização vinculada ao Ministério da Educação chinês com o objetivo de disseminar a língua e a cultura do país, bem como estimular o intercâmbio estudantil. O instituto está espalhado por diversos Estados como Brasil, Argentina, Equador, Bolívia, Chile, entre outros. É, portanto, um recurso de *soft power* chinês que busca atrair simpatizantes à sociedade chinesa num mundo cada vez mais globalizado e com novas influências, onde a China investe em outros países para que seu poder seja reforçado, mesmo que de forma pacífica.

Outro ponto relevante da política externa chinesa para a América Latina é o fato de Taiwan ainda possuir países apoiadores na região da América Central. Embora não seja uma ameaça tão forte quanto foi no início da República Popular, a China ainda trabalha para que as alianças sejam diplomaticamente forjadas com o seu Estado, excluindo o poder político de Taiwan. Apenas neste ano de 2018, Taiwan perdeu a aliança da República Dominicana e de El Salvador, além do Panamá ano passado. Isso demonstra a capacidade da diplomacia chinesa em atrair países para sua esfera de influência enquanto mina o poder da ilha.

Embora a China e a América Latina tenham diversas diferenças, ambas as partes conseguiram superar suas dificuldades culturais e distanciamento geográfico para construir uma relação sólida, hoje bem estabelecida com a grande maioria dos países da região. O fato da China não ter tido medo de mudar, passando de uma postura atrelada a ideologia para uma política assertiva e pragmática, permitiu desenvolver o país, tornando-se hoje a principal potência do sistema, ao lado dos EUA. O conceito de G-2, grupo constituído por China e Estados Unidos, retrata o importante papel que o Estado chinês exerce no cenário internacional e demonstra as positivas possibilidades que isso oferece para a relação sino-latino-americana.

Devido a quantidade de países que constituem a América Latina, não houve tempo para realizar uma análise individual do relacionamento entre a China e os demais, por isso o multilateralismo e a cooperação Sul-Sul foram importantes para compreender como sua política agiu na região. Assim como com a África e o entorno asiático, a relação baseada em ajuda e não ingerência possibilitou dar nova dinâmica aos países do Sul global num sistema internacional dinâmico e que passa por mudanças em suas velhas estruturas.

A atuação chinesa em fóruns multilaterais como BRICS e CELAC reforçam a importância do país para a região da América Latina. Com o Brasil, o relacionamento passou da retomada das relações diplomáticas, para trocas comerciais, à parceria estratégica firmada no início dos anos 1990 e entre outros feitos, a realização do BRICS, grupo em que ambos os países se encontram pela preponderância que possuem em suas respectivas regiões. No caso do Brasil, atualmente, a diplomacia passa por uma fase conturbada, em que sua política externa se demonstra debilitada, estando afastada da China nos moldes em que esteve em boa parte da primeira década deste século.

O Brasil, como exemplo de líder da América Latina, demonstra ser o país com que a China mais estreitou seu relacionamento na região. A possibilidade de ascensão e ganho de prestígio que o Estado brasileiro experimentou durante os governos Lula permitiu ao Brasil dialogar com a China e assim unir forças frente a um sistema internacional injusto e que tradicionalmente privilegia as grandes potências. Dessa forma, além das boas oportunidades comerciais que o relacionamento sino-brasileiro propiciou para ambas as partes, áreas distintas também se beneficiaram, como da ciência e tecnologia.

Houve melhora significativa da relação sino-brasileira quando analisado o período de retomada da relação diplomática em 1974 para a atualidade. Os países souberam aproximar seus interesses, superando a barreira geográfica e o desconhecimento da cultura, levando para aspectos além do comercial. Com o final da Guerra Fria, percebe-se a manutenção da relação político-econômica, em que entrou no século XXI com boas perspectivas de cooperação. É inegável que essa relação se intensificou a partir dos governos Lula e Hu Jintao, devido a liderança desses Estados em suas respectivas regiões e o entendimento mútuo de buscar

melhorias para os países em desenvolvimento. Atualmente, a relação sino-brasileira pode estar ameaçada com o novo governante brasileiro.

A respeito dessas considerações, conclui-se que a hipótese trabalhada foi confirmada. A construção do BRICS, de mecanismos para diálogo multilateral e as trocas políticas entre governantes e estudantes permitiram a América Latina conhecer a cultura de um parceiro geograficamente distante, mas que se faz fortemente presente na região há algum tempo. A América Latina se beneficiou da nova postura chinesa no século XXI haja visto que a projeção internacional da China possibilitou à região ganhar mais notoriedade no sistema pelo apoio que o governo depositou nos países em desenvolvimento da nossa região. Nesse sentido, foi fundamental contar com a parceria chinesa para o melhoramento de aspectos econômicos internos dos países latino-americanos, além de ganhar um poderoso Estado na busca por melhores oportunidades de desenvolvimento e de diálogo nas questões multilaterais.

No caso da América Latina, a publicação dos Livros Brancos é um fato que reforça a notoriedade que a China dispensa à América Latina. Isso corrobora a ideia de que para a China, a América Latina é um aliado estratégico, já que desde 2001 o governo chinês procura se aproximar da região. Notoriamente, para os latino-americanos a política externa chinesa para a região traz benefícios, haja visto que sua postura não interfere nas questões internas de cada país, mas presta ajuda sem questionar e sem ter grandes garantias de retorno. A publicação do último livro em 2016 e no governo de Xi Jinping veio para reforçar o interesse em aprofundar o relacionamento.

6- REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E. China and the BRICS Development Bank: Legitimacy and Multilateralism in South-South Cooperation. **IDS Bulletin**, 45:4, 2014, pp. 85-101. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1759-5436.12095>>. Acesso em: 05 mai. 2018.

ABDENUR, Adriana Erthal; FOLLY, Maiara. O Novo Banco De Desenvolvimento e a Institucionalização do BRICS. In: **BRICS: Estudos e Documentos**. Brasília, FUNAG, 2015, p. 79-114.

AGUIAR, Laís Bretones de. **A inserção internacional do BRICS na nova ordem do século XXI**. 2014. 30 f. Monografia (Especialização em Relações Internacionais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/8288>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

ALVES, André Gustavo Miranda Pineli. Os interesses econômicos da China na África. **IPEA**, n.1, 2010. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_internacional/100621_boletim_internacional01_cap5.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

AMARAL, Gabriela Granço do. Analysis of chinese diplomacy: the "peaceful rise" and its questioning. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3., 2011, São Paulo. **Proceedings online**. Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000122011000200016&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 02 mai. 2018.

BATISTA JR., PAULO NOGUEIRA. Brics - Novo Banco de Desenvolvimento. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 179-184, Dec. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000300179&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Aug. 2018.

BAUMANN, RENATO. Os novos bancos de desenvolvimento: independência conflitiva ou parcerias estratégicas?. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 287-303, June 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000200287&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Aug. 2018.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China?. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 31-44, Nov. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782011000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 31 jul. 2018.

BECARD, Danielly Ramos; CASTRO, Aline Contti. As Relações China-ASEAN e a construção da liderança sub-regional chinesa: economia e diplomacia (1997-2010). **Carta Internacional, [S.I.]**, v. 8, n. 1, p. 22-47, jun. 2013. ISSN 2526-9038. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.emnuvens.com.br/Carta/article/view/68/54>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

BECARD, Danielly Silva Ramos; LUZ, Arnaldo José Da. Presença da China na América Latina: contribuições para o desenvolvimento da região. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 48, p. 77-96, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos> >. Acesso em: 23 abr. 2018.

BENACHENHOU, Abdellatif. **Países emergentes**. Brasília: FUNAG, 2013.

BERTONHA, João Fábio. A China e o Terceiro Mundo: novos relacionamentos ou a volta do velho colonialismo?. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies, [S.I.]**, v. 8, n. 85, p. 7-9, nov. 2007. ISSN 1518-1219. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/1124>>. Acesso em: 18 mai. 2018.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. A parceria estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006), Brasília: FUNAG, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/index.php?route=product/product&product_id=164>. Acesso em: 18 mai. 2018.

CAMPOS NETO, Antonio Augusto Machado de. O Confucionismo, Budismo, Taoismo e Cristianismo. O Direito chinês. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 110, p. 67-94, 2016. ISSN 2318-8235. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115486>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CARDOSO, Anna Beatriz A. **CONSTRUÇÃO DO SOFT POWER CHINÊS E SEUS IMPACTOS NO BRASIL A PARTIR DO SÉCULO XXI**. 2017. 68f. Monografia – Faculdade Damas, Recife. Disponível em: <<http://faculdedamas.edu.br/revistafd/index.php/academico/article/view/524>>. Acesso em: 20 mai. 2018.

CARMODY, Pdraig; WOSU, Francis. A EXPANSÃO DA CHINA PARA A ÁFRICA: INTERESSES E ESTRATÉGIAS. In: ACIOLY, L; LEÃO, R.P.F.; PINTO, E.C.(Org.) **A**

China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos. Brasília: Ipea, 2011, p. 235- 267.

CARVALHO, Miguel H. De. EVOLUÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA CHINA NO PERÍODO MAOÍSTA (1949-1978). **Excedente**, UFRJ, 2016. Disponível em: <<http://www.excedente.org/artigos/a-evolucao-economica-e-politica-da-china-no-periodo-maoista-1949-1978/>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CARRICO, Alexandre. Grande Estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 38, p. 23-33, jun. 2013. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 mai 2018.

CESARIN, Sergio. The Relationship between China and Latin America: Realities and Trends *In*: ARNSON, C.; MOHR, M.; ROETT, R. (Org.). **Enter the dragon?: China's presence in Latin America**, Washington: Woodrow Wilson International Center, 2007. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/publication/enter-the-dragon-chinas-presence-latin-america>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

CHENG, Joseph Yu-Shek. Multilateralism — Theoretical Issues and China's Approach in Foreign Policy. World Scientific, 2017, pp. 1-39. Disponível em: <<https://doi.org/10.1142/10477>>. Acesso em:

CINTRA, MARCOS ANTONIO MACEDO; PINTO, EDUARDO COSTA. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 381-400, June 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572017000200381&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Oct. 2018

CONTEPELLI, Ernani; PICCIAU, Simona. China's Global Order: A New Paradigm in South-South Relations. *Croatian International Relations Review*, v. 21, p. 89-108, 2015. Disponível em: <http://cirr.irmo.hr/wp-content/uploads/2015/08/CIRR_21_73_20151.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

COSTA LIMA, Marcos; SILVA, Joyce Helena Ferreira Da. DA MODERNIDADE PÓS-COLONIAL E DAS RELAÇÕES DA AMÉRICA LATINA COM A CHINA EM UM NOVO CONTEXTO MUNDIAL. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 26-53, dez. 2016. ISSN 2316-8323. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/5855>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

COUTO, S. P. **A Extraordinária História da China**. São Paulo: Universo dos Livros, 2008.

DAMICO, Flávio. Antecedentes: do Acrônimo de Mercado à Concertação Político-Diplomática. In: **BRICS Estudos e Documentos**. Brasília: FUNAG, 2015.

DIAZ, Elda M.; FLORIDO, Eduardo R. Relaciones China-América Latina y el Caribe: por un futuro mejor. **Econ. y Desarrollo**, La Habana, v. 158, n. 2, p. 105-116, dic. 2017. Disponível em: <http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0252-85842017000200007&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2018.

DEVLIN, R. What does China mean for Latin America? In: ARNISON, C.; MOHR, M.; ROETT, R. (Org.). **Enter the dragon?: China's presence in Latin America**, Washington: Woodrow Wilson International Center, 2007. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/publication/enter-the-dragon-chinas-presence-latin-america>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

DUARTE, Paulo. Soft China: o caráter evolutivo da estratégia de charme chinesa. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 501-529, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 mai. 2018.

EMBAIXADA CHINESA NO BRASIL. **Documento sobre a Política da China para com a América Latina e o Caribe**. 2016. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/szxw/t1418402.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. **Íntegra do Relatório do 19º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (4)**. 2017. Disponível em: <<http://br.china-embassy.org/por/ssht/SJD/t1511841.htm>>. Acesso: 27 set. 2018.

ERLER PEDROZO, Gustavo. AS RELAÇÕES CHINA-AMÉRICA LATINA PELO PRISMA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL PARA O DESENVOLVIMENTO. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 91-120, dez. 2016. ISSN 2316-8323. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/5857>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A América dos 33: a proposta de criação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, [S.l.], v. 11, n. 116, p. 16-17, june 2010. ISSN 1518-1219. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/447>>. Acesso em: 30 set. 2018.

FAIRBANK, John King. **China: uma nova história**. 3. ed. Porto Alegre: L&PM, 2008. 469 p.

FIORI, J. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, América do Norte, 6, nov. 2007. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/10>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança?. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 53, n. 1, p. 141-156, July 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Aug. 2018.

FOCAC. The First Ministerial Conference of FOCAC. 2004. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/CI12009/t157577.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Beijing Declaration of the Forum on China-Africa Cooperation. 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/DOC12009/t606796.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. Major Commitments of the Chinese side. 2009. Disponível em: <<http://www.focac.org/eng/ltada/dejbzjhy/CI22009/t157585.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

GASPAR, Carlos. A China e a transformação da Ásia. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 38, p. 09-22, jun. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 jun. 2018.

GONÇALVES, Willians; BRITO, Lana Bauab. Relações Brasil-China: uma parceria estratégica? **SÉCULO XXI**, Porto Alegre, V. 1, Nº1, jan-dez 2010. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/4/4>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

HAYNES, Jeffrey. Religião nas Relações internacionais: Teoria e Prática. In: CARLETTI, Anna; FERREIRA, Marcos Alan. **Religião e Relações internacionais. Dos debates teóricos ao papel do cristianismo e do islã**. Curitiba: Juruá, 2016, p. 21-49.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. 40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos, In LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.).

Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos.

Brasília: Editora FUNAG. 2016. pp. 35-56. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1174-brasil-e-china-40-anos.pdf>>. Acesso: 07 jun. 2018.

HUNG, Ho-fung. A ASCENSÃO DA CHINA, A ÁSIA E O SUL GLOBAL. **Rev. econ. contemp.** Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, e182213, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482018000100202&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 mai. 2018.

IGLECIAS, Wagner. O desenvolvimento latino-americano e as relações com a China. ANPOCS, 2015. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt26/9691-o-desenvolvimento-latino-americano-e-as-relacoes-com-a-china/file>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

INPE. **Antecedentes da Cooperação.** Brasília, 2018. Disponível em: <<http://www.cbbers.inpe.br/sobre/historia.php>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

JAEGER, B. C. O Papel da República Popular da China na Construção de Infraestrutura na América do Sul e os Efeitos sobre a Integração Sul-Americana. **OIKOS**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, p. 19-35, 2015. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/viewArticle/407>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

JUNIOR, Márcio José Oliveira. As raízes da política externa chinesa: perspectivas para a inserção no século XXI. **Revista FRonteira**, Belo Horizonte, v. 12, n. 24, p. 122 - 141, 2o sem. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/fronteira/article/view/10795> > Acesso em: 18 abr. 2018.

KISSINGER, Henry. 2011. **Sobre a China.** Rio de Janeiro. Ed. Objetiva.

KLEIN SILVA, Magno. “China, uma potência regional: análise da atuação chinesa no leste asiático”. **Colombia Internacional** (92): 157-187, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/rci/n92/0121-5612-rci-92-00157.pdf> >. Acesso em 01 jun. 2018.

LAMBERT DE AZEVEDO, Cesar Augusto. REFLECTIONS ON THE CHINESE EMERGENCE. AUSTRAL: **Brazilian Journal of Strategy & International Relations** , [S.I.], v. 4, n. 7, oct. 2015. ISSN 2238-6912. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/57697/35248>>. Acesso em: 28 mai. 2018.

LEÃO, R.P.F.; MARTINS, A.R.A.; NOZAKI, W.V. A ascensão chinesa e a nova geopolítica e geoeconomia das relações sino-russas. In: ACIOLY, L.; LEÃO, R.P.F. & PINTO, E.C. (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: Ipea, 2011, p. 196-232.

LIMA, Maria Regina Soares de. Relações interamericanas: a nova agenda sul-americana e o Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 90, p. 167-201, Dec. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452013000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 set. 2018.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: Editora FUNAG. 2016. Disponível em: <<http://funag.gov.br/loja/download/1174-brasil-e-china-40-anos.pdf>>. Acesso: 07 jun. 2018.

LEON-MANRIQUEZ, Jose;

ALVAREZ, Luis F. Mao's steps in Monroe's backyard: towards a United States-China hegemonic struggle in Latin America?. **Rev. bras. polít. int.** Brasília, v. 57, n. spe, p. 9-27, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292014000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2018.

LESSA, Antônio Carlos. A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. spe, p. 29-41, 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 agos. 2018.

LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. A China e os chins: recordações de viagem. Rio de Janeiro, RJ: FUNAG, 2016. 343 p. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1142-a_china_e_os_chins.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LOONG, Lee Hsien. Integração em uma nova Ásia: Como a ascensão da China modifica a arquitetura internacional. **Internationale Politik** – China, China, China, DGAP, n. 12, p. 72-80, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/9766-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

MAELE, Diego Leiva Van De. Xi Jinping and The Sino – Latin American Relations in The 21st Century: Facing The Beginning of A New Phase?. **JCIR**. Vol. 5, No. 1, 2017.

Disponível em: <<https://journals.aau.dk/index.php/jcir/article/view/1916>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

MANZUR, Tânia Maria P. G. A política externa independente (PEI): antecedentes, apogeu e declínio. **Lua Nova**, São Paulo, n. 93, p. 169-199, Dec. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 agos. 2018.

MARTINELLI, Caio Barbosa. O JOGO TRIDIMENSIONAL: O HARD POWER, O SOFT POWER E A INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA, SEGUNDO JOSEPH NYE. **Conjuntura Global**, vol. 5 n. 1, jan./abr., 2016, p. 65-80. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/47424>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

MARTINS, Dora E. A. China: uma emergência pacífica?. **Relações Internacionais R.I**, n.10, 2006. Disponível em: <http://ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri10/R110_04DAEMartins.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

MEDEIROS, Carlos A. de. China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional. In: **Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. O Brasil no Mundo que Vem Aí: China. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008, pp. 89- 113. Disponível em: <<http://www.excedente.org/wp-content/uploads/2014/11/10.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

MEDEIROS, Klei P. PRELÚDIO, DECLÍNIO E REESTRUTURAÇÃO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL: do não-alinhamento terceiro-mundista à multipolaridade dos BRICS (1955-2015). **6º Encontro ABRI – Perspectivas sobre o poder em um mundo em redefinição**, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498441129_ARQUIVO_MEDEIROS-2017-ArtigoAbri-Preludio,declinioereestruturacaodaCooperacaoSul-Sul.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2018.

MENDONÇA, Bruno Macêdo. A transição de Deng Xiaoping e a China contemporânea: continuidade e aprofundamento das reformas na era globalizada. **UNB**, 2009. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/1142/1/2009_BrunoMacedoMendon%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2018.

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 211-231, Aug. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792012000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 abr. 2018.

MONTENEGRO, Renan H.; ALVES, João Ricardo C. S. China e África além da economia: qual o impacto do FOCAC na arena multilateral (1971-2014)? **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, ISSN 1809-6182, v.13 n.3, p.153 - 162, dez. 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/P.1809-6182.2016v13n3p153> >. Acesso em: 12 mai. 2018.

MRE, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **O Novo Banco de Desenvolimentos BRICS**. [2016?]. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-ndb>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. **Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos**. [2017?]. Disponível em:

<<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/689-comunidade-de-estados-latino-americanos-e-caribenhos>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

_____. **República Popular da China**. [2018?]. Disponível em:

<http://www.itamaraty.gov.br/templates/mre/pesquisa-postos/index.php?option=com_content&view=article&id=4926&Itemid=478&cod_pais=CHN&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 05 jul. 2018.

NIU, Haibin. A grande estratégia Chinesa e os BRICS. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 197-229, June 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292013000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Set. 2018.

_____. A New Era of China-Latin America Relations. Inter-American Development Bank. **Anuario de Integración Regional de América Latina y El Gran Caribe | Año 2015, p. 39-51**. Disponível em: < <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2016/02/03-Niu.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. As perspectivas de cooperação Sul-Sul no relacionamento Brasil-China. *Revista Nueva Sociedad*. 2006, n.203. Maio-junho. Disponível em: < http://www.nuso.org/upload/articulos/3357_2.pdf >. Acesso em: 03 agost. 2018.

OURIQUES, Helton R.; SCHMIDT, Gabriela B. Presença da china na África: maldição ou benção?. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 17, n. 31, p. 37-48, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/3581>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

PASA, Jordy Bolivar. Parceria estratégica Brasil – República Popular da China : passado, presente e perspectivas para o futuro. graduação UFRS, Porto Alegre, 2016. Disponível em: < <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/166109?show=full>>. Acesso em: 09 jun. 2018.

PAUTASSO, Diego. O fortalecimento das relações sul-sul: estratégia e realidade para os países emergentes. **Revista Conjuntura Austral** | ISSN: 2178-8839 | Vol. 2, nº. 8 | Out.-Nov, 2011. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/22452/14005>>. Acesso em: 19 de abril de 2018.

PAULAS, Alinka Lopes De. COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA: OS CASOS DE ANGOLA E BOTSWANA. **UFSC**, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/124655> >. Acesso em: 18 jun. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América do Sul como Espaço Geopolítico e Geoeconômico: o Brasil, os Estados Unidos e a China. *Carta Internacional*, [S.l.], v. 8, n. 2, p. 100-115, jun. 2013. ISSN 2526-9038. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/113>>. Acesso em: 25 set. 2018.

PECEQUILO, Cristina S.; CARMO, Corival A. Do. A CHINA, O SISTEMA INTERNACIONAL E O SUL: ASCENSÃO PACÍFICA? **BJIR**, Marília, v.3, n.1, p. 31-69, Jan./Abr. 2014. Disponível em: < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3549>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

PEREIRA, Aniele de Souza. Relações China-África: a estratégia política e econômica da China no continente africano. **UEPB**, João Pessoa. 2011. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3023/1/PDF%20-%20Aniele%20de%20Souza%20Pereira.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

PEREIRA, Francisco Denes; CARVALHO, Elcio Aparecido. A presença do “Dragão” na África e na América Latina: O lugar da Cooperação Sul-Sul na Política Externa da China. **Revista Intellector - ISSN 1807-1260 - CENEGRI**, [S.l.], v. 12, n. 23, p. 65-81, Set. 2015. ISSN 18071260. Disponível em:

<<http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/9>>. Acesso em: 08 Jun. 2018.

PINI, A. M. A crescente presença chinesa na América Latina: Desafios ao Brasil. **Boletim de Economia e Política Internacional**, v. 21, p. 21-31, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/6473/1/BEPI_n21_Crescente.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

PINO, Bruno Ayllón. América Latina na Cooperação Internacional para o desenvolvimento. In: SOUZA, André de Mello (Org.). **EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL (CSS)**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24257>. Acesso em: 10 mai. 2018.

PIRES, Marcos Cordeiro; SANTILLAN, Gustavo Enrique. Reflexões sobre a relação China e América Latina. *Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe*; 10, 2014, p. 343-379. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2014/11/13-Cordeiro-Santillan.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2018.

PINTO, Eduardo; CINTRA, Marcos. América Latina e China: Limites econômicos e políticos ao desenvolvimento. **IE-URJ**, n. 12, 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_012_2015_PINTO_CINTRA.pdf>. Acessado em: 16 mai 2018.

PINTO, Paulo Antônio Pereira. China e sudeste asiático: diferenças e semelhanças de percepção quanto a questões atuais. **Rev. bras. polít. int.** Brasília, v. 40, n. 2, p. 144-165. Dec. 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291997000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun. 2018.

_____. **A China e o Sudeste Asiático**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2000.

_____. China: a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Rev. bras. polít. int.** Brasília, v. 48, n. 2, p. 70-85, Dec. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 jun 2018.

_____. China. **Meridiano 47 - Journal of Global Studies**, v. 11, n. 121, p. 21-28, 2010. Disponível em:

<<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/MED/article/view/4226>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. São Paulo, SP: Unesp, 2003. 179 p.

QUILICONI, Cintia; SALGADO ESPINOZA, Raúl. Latin American Integration: Regionalism à la Carte in a Multipolar World?. **colomb.int.**, Bogotá, n. 92, p. 15-41, Oct. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-56122017000400015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Set. 2018.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; FELIU RIBEIRO, Pedro. As relações bilaterais Brasil-China: uma relação em processo de afirmação. *Carta Internacional*, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 165-187, jun. 2013. ISSN 2526-9038. Disponível em:

<<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/98>>. Acesso em: 25 set. 2018.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. BRICS: surgimento e evolução. *In: O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional*. Brasília: Funag, 2012, pp. 31 – 47.

ROSA, Raquel I. León Da. La Política Exterior de la República Popular de China, la llegada de Xi Jinping y sus vínculos en América Latina. AMEI, México, 2013.

Disponível em: < <http://amanecemetropolis.net/wp-content/uploads/2089/03/La-Politica-Exterior-de-la-Republica-Pop-ular-de-China.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

RODRIGUEZ, Ivana. A complexa influência Chinesa na América Latina: desafios e oportunidades para a região. Dissertação (Ciência Política e Relações Internacionais). UNL, Lisboa, 2016. disponível em: <

<https://run.unl.pt/handle/10362/20183> >. Acesso em: 15 mai. 2018.

RODRIGUES, Bernardo Salgado; MARTINS, Carlos Eduardo da Rosa.

A importância da América Latina para a recentralização asiática no sistema-mundo. **Plural - Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v.24, n. 2, 2017, p.86-113.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/download/142995/137856/>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

ROSITO, Tatiana. **Evolução das relações econômicas Brasil-China e Perspectivas futuras**. In: LIMA, S. E. M. (org). **Brasil e China: 40 Anos de Relações Diplomáticas. Análises e documentos**. Brasília: Funag, 2016, p.57-103.

SANDRE RENNI, Y. De Multilateralismo Efetivo à “Multilateralismo Multilateral”: A Revisão Das Potências Emergentes. **OIKOS (Rio de Janeiro)**, América do Norte, 16, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/443>>. Acesso em: 17 Mai. 2018.

SAMSON, Anna. A ‘friendly elephant’ in the room? The strategic foundations of China’s multilateral engagement in Asia. *Security Challenges*, Vol. 8, No. 3, 2012, pp. 57-82. Disponível em: <<https://www.regionalsecurity.org.au/Resources/Files/vol8no3Samson.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2018.

SILVA, Athos Munhoz Moreira Da. A ascensão da China e seus impactos para o leste asiático. **UFRGS**, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/132973>>. Acesso em: 27 mai. 2018.

SHU, Silvana Shioh Shyan. A inserção internacional da China no pós Guerra Fria. 2006. 112 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17438> >. Acesso em: 30 jul. 2018.

STUENKEL, Oliver. **Brics e o futuro da ordem global**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e terra, 2017.

TANCREDI, Letícia D. M.; LUBASZEWSKI, Natasha P.; MILAGRE, Rodrigo P. OS 60 ANOS DO MOVIMENTO DOS PAÍSES “NÃO ALINHADOS” E A CONFERÊNCIA DE BANDUNG. **Novas Fronteiras**, Porto Alegre, V.1, Nº2, Jul-Dez 2014. Disponível em: <<http://novasfronteiras.espm.br/index.php/RNF/article/view/34>>. Acesso em: 07 jun. 2018.

VADELL, Javier Alberto; LOPES, Bárbara; CARDOSO, Daniele. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul Sino-Africana. **Carta Internacional, [S.I.]**, v. 8, n. 2, p. 81-99, jun. 2013. ISSN 2526-9038. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/110>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

VIGGIANI, Tatiana S. Desenvolvimento da República Popular da China: O Novo Confucionismo e as mudanças na educação à partir das reformas implementadas por Deng Xiaoping. **Unesp**, 2015. v. 1. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/xiiisemanaderelacoesinternaci>>

onais/desenvolvimento-da-republica_tatiana-viggiani.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2018.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. A novíssima China e o Sistema Internacional. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 19, supl. 1, p. 131-141, Nov. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782011000400009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mai 2018.

WUTHNOW, Joel; LI, Xin; QI, Lingling. Diverse Multilateralism: Four Strategies in China's Multilateral Diplomacy. *Journal of Chinese Political Science*, 2012, v. 17, n. 3, pp. 269–290. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s11366-012-9202-6>>. Acesso em: 02 set. 2018.

SHIXUE, Jiang. China's New Leadership and the New Development of China-Latin America Relations". *China Quarterly of International Strategic Studies*, 2015, v. 1, n. 1, pp. 133–153. Disponível em: <<https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S2377740015500074>> . Acesso em: 17 set. 2018.